Caminhos

número 13 - outubro, 1996

AUTONOMIA universitária

S U M Á R I O

Editorial 3

Os Impasses da Universidade Pública Brasileira
Luiz Humberto Pinheiro 7

Reforma do Estado e Reforma da Educação Superior no Brasil
Dr. Waldemar Sguissard 37

Direitos e Privilégios na Terra dos Tucanos
Pedro Marcos Linardi 49

Universidade: para que e para quem?
Edmundo Fernandes Dias 57

A escalada da Violência e a Conjuntura Política Atual
Délcio Vieira Salomon 65

Da Matéria sobre professores que não saiu na Folha de São Paulo
Vera Casa Nova 83

Breves Considerações Sobre a Reformulação da Extensão
Evandro José Lemos de Brito 89

Navegar é Preciso 95

Homenagem a Antonin Artaud no Seu Aniversário
Tradução: Vera Casa Nova 102

Charge 104

Caminhos

Revista da Associação dos Docentes da UFMG
Seção sindical da Andes-SN – Número 13 – outubro, 1996

Apubh
Rua Artur Itabirano, 70 – São José – Cep nº 31.275–020
Belo Horizonte, Minas Gerais – Tel. (031) 441–7211- Fax (031) 441–1303
Presidente
Maria Dirlene Trindade Marques
1º Vice-Presidente
Vera Lúcia Carvalho Casa Nova
2º Vice-Presidente
Luiz Humberto Pinheiro
1º Secretário
Danusa Dias Soares
2º Secretário
Rosemary Dire Soares
1º Tesoureiro
José Antônio Armanelli
2º Tesoureiro
João Maurício Lima Figueiredo Mota
1º Suplente
Vera Lúcia Tomaz Fróes
2º Suplente
Vera Lúcia Fernandes
Conselho Editorial
Humberto Coelho de Carvalho, Vera Casa Nova, Celina Camilo de Oliveira, Wemerson de Amorim, Margarida de Moura Siqueira
Apoio
Fernanda Veloso Torres, Mary Oliveira de Assis, Nilson Ferreira Freitas, Cleusa Ferreira dos Santos
Edição e Revisão
Ivaldo dos Reis Costa
Projeto Gráfico
Paulo Fatal
Ilustração
Paulo Fatal
Jornalista responsável
Ivaldo dos Reis Costa - MTb/MG 4.740
Editoração Eletrônica/Pré-impressão
Paulo Fatal/Apubh
Fotolitos
Cromolaser
Impressão
Gráfica Santa Edwiges

Opiniões expressas em artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores. Colaborações podem ser enviadas à Apubh no endereço acima. Os artigos deverão ter cerca de 120 linhas, enviados em disquete formato Mac ou PC, com identificação e endereço do autor para eventual contato. O Conselho Editorial de *Caminhos* poderá propor modificações em títulos e passagens de texto para melhor adequá-los às exigências editoriais. A seu critério poderá, também, aceitar artigos que excedam as especificações acima, desde que resguardados os interesses editoriais.

Editorial

"Em largas mesas solenes,
vão redigindo os ministros
cartas, alvarás, decretos
e fabricando delitos."

Cecília Meireles

Para surpresa de uns, mal-estar de outros e satisfação de muitos, chega ao Nº 13 a revista *Caminhos*. Seria melhor estivesse essa marca sinalizando sua entrada na adolescência, mesmo com as atribulações típicas do estágio: necessidade de enfrentar mudanças fisiológicas e comportamentais, de voltar-se para si mesma, de definir papéis, procurar valores, inventar sonhos, conquistar autonomia e identidade ou de navegar sem maiores enjoamentos pelas nuances - vistas como ambigüidades - do sistema democrático.

Um período de turbulência e transição para o qual as sociedades costumam reservar generosas quotas de paciência e tolerância. Entre nós, porém, ao que parece, aos púberes não é dispensado tal cuidado, pelo menos é o que se depre-

ende das aflitas vozes reunidas nesta edição, unânimes no protestar diante da insensibilidade e incompreensão de nossos frustradores-mor.

Confirmaram-se in totum, infelizmente, as "boas novas", para 1996, trombeteadas no final do ano passado pelos porta-vozes da "academia" do professor presidente, mencionadas no editorial do nº 12, e consideradas pelos crédulos como apenas exercícios de catastrofismos ensaiados pela revista:

a) "... não haverá reajuste para o funcionalismo federal em janeiro (...)";
b) proibida a venda de um terço de férias por parte do servidor;
c) o SIAPE não corrigirá a tempo os pequenos enganos cometidos nas folhas de pagamento;
d) a incorporação das perdas dos planos econômicos não será efetivada;
e) obrigar-se-ão os aposentados a descontarem da Previdência e processar-se-á a cassação do Art. 192 (acréscimo de 20% sobre os proventos dos servidores)

Cinco objetivos governamentais cínica e alacremente alcançados ao arrepio da Lei Maior e da Dignidade Mínima.

Ao invés de estarmos aqui delineando trajetórias para o mundo novo que nos bate à porta e, apesar dos muitos debates, artigos e moções feitos nos últimos anos, vimo-nos obrigados a retomar, hoje, as temáticas da autonomia, da privatização, do gerenciamento da coisa pública, das reformas, da violência e da discriminação dos aposentados. A constatação dessa recorrência é melancólica evidência de que quase nada mudou nesses nossos *Tristes Trópicos* - e de que, quando mudou, foi para dar vazão às vaidades de certos pavões misteriosos, compulsivos comensais do poder.

Os artigos ora publicados diferem pela natureza e abordagem da matéria tratada, mas coincidem na indignação ante a empáfia neoliberal.

O movimento docente conseguiu impedir, num passado próximo, que a maioria das investidas privatis-

tas e desagregadoras dos projetos governistas (transformação de todas Universidades em Fundações, implementação do GERES e da GRIPE, etc) fosse consolidada. É sintomático que muitos dos elaboradores daqueles projetos sejam os mesmos defensores do elitismo, do individualismo, do entreguismo e do conformismo atuais.

Urge articular as forças sociais organizadas para minimizar os malefícios impingidos pelo grupo pseudo-progressista instalado no Planalto Central, mas com autonomia de vôo suficiente para disseminá-los no restante do país. Os professores precisam fazer sua parte, sendo mais combativos e mais críticos diante da frustrante realidade em que se deixaram mergulhar.

Para *Caminhos*, esperamos, não faltará o élan necessário, até porque ela poderá canalizar adequadamente as energias libidinais próprias do marco treze. Quem sabe, cabalisticamente, elegendo-o signo da boa sorte para o bom combate, que é a desmitificação dos falsos gorjeios de conhecidas trapaceiras aves?

universidade pública

UNIVERsidade

OS IMPASSES DA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA

Luiz Humberto Pinheiro
Professor aposentado de Neuropsiquiatria
e membro da APUB-BAHIA

Nos últimos três anos tenho exposto, em palestras e trabalhos escritos, diversas idéias que procurarei sintetizar e atualizar neste artigo. Como ponto de partida, proponho:

1. A Universidade Pública Brasileira tem experimentado, nas últimas décadas, um processo crescente de esvaziamento, sucateamento e degradação, movido por políticas governamentais e ação deliberada das forças dominantes.
2. A maioria dos sujeitos universitários - professores, estudantes e servidores técnico-administrativos, na apreciação de quase todos os analistas da problemática universitária, defende o caráter público e democrático da Universidade Brasileira e almeja a autonomia e qualidade da instituição.

3. A minoria dos sujeitos universitários está comprometida ideologicamente e no exercício da prática acadêmica com o caminho privatizante das Instituições de Ensino Superior. E assume componentes das chamadas políticas e ideologias neoliberais, reproduzindo a cultura dominante impregnada de elitismo, individualismo, conformismo e perda dos laços de solidariedade.
4. Os sujeitos universitários, em seu conjunto, não têm conseguido reagir, nestes últimos anos, com a necessária e requerida contundência, às políticas, projetos e práticas que têm sido formuladas/desenvolvidas pelos governos e elites dominantes, com o sentido de aniquilar com o que se conseguiu conquistar de espaços públicos e democráticos na Universidade Brasileira.
5. A Universidade Pública Brasileira foi, nos últimos anos, conduzindo a um perigoso distanciamento da sociedade, especialmente dos sujeitos sociais, que enquanto maioria, são penalizados pela histórica exploração, opressão e injustiça social, e, por outro lado, a uma também perigosa aproximação com o ilusório encantamento do mercado.

Decorrentes de tais considerações emergem, de imediato, duas questões fundamentais:

- que elementos explicativos articulam e determinam estas práticas?
- que caminhos estratégicos se apresentam para o movimento dos docentes, dos estudantes e dos servidores técnico-administrativos, no sentido de superar a crise da Universidade Pública Brasileira?

Pretendo, nos limites deste artigo, discutir apenas alguns elementos constitutivos das questões anteriormente explicitadas.

É do conhecimento dos sujei-

tos universitários que a atual problemática da Universidade Pública no Brasil, não se constitui em uma simples crise, cuja conotação tem sido, pela repetição, banalizada: tampouco, não basta, apenas destinação de mais recursos para a Universidade, por mais necessária e fundamental seja tal alocação. Daí a necessidade de uma melhor compreensão dos elementos constitutivos da complexa e profunda crise da Universidade Brasileira e dos dilemas que se apresentam para os sujeitos universitários.

A Universidade Pública Brasileira, por mais que tenha conquistado espaços democráticos e públicos pela prática dos seus sujeitos, de partidos e movimentos sociais mais amplos, circunscreveu-se, de forma tensionada e em razão da autonomia parcial, nos limites do Estado Brasileiro, reconhecidamente autoritário e privatizado. Este, de forma centralizada e burocrática, manteve a Universidade Pública sob rédeas curtas, apesar das especificidades históricas adquiridas por esta Instituição.

Nas últimas décadas, as políticas dominantes, definidas por cima e decorrentes de determinados pactos sociais submissos, apontaram invariavelmente para o esvaziamento da Universidade Pública, como foi feito, mais rápida e violentamente, com o ensino público no primeiro e segundo graus em todo o país. Neste Período, as elites dominantes, avessas ao caráter público, estabeleceram para as Instituições de Ensino Superior as chamadas "políticas negativas": escassez de recursos públicos, via Estado, para investimentos, manutenção, custeio, pesquisa, ensino, extensão, além do arrocho salarial. Tal situação chegou ao extremo neste governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), ironicamente um ex-professor universitário até bem pouco tempo referenciado e bastante homenagea-

do pela "comunidade acadêmica", e que havia sido cassado, inclusive da Universidade, pelas forças políticas hoje suas aliadas, em razão de suas idéias críticas.

Em tal período, as políticas governamentais, diante da demanda crescente por ingresso no Ensino Superior, estimularam a proliferação das Escolas e Universidades Privadas, que hoje suplantam em matrículas a Universidade Pública, especialmente no Centro-Sul do país.

Por não ser objeto deste artigo, deixo propositadamente sem resposta a seguinte indagação: por que as políticas governamentais, que anteriormente estimularam o aumento do número de Escolas Públicas de Ensino Superior, alteraram substancialmente este direcionamento?

A resposta à crise fiscal do estado e a assimilação da ideologia neo-liberal privatizante a partir da década de 80.

Só recentemente, após tentativa frustada no governo Collor, as forças políticas e sociais dominantes conseguiram articular entre elas e para elas, um projeto consensual de reestruturação do Estado e redefinição do caráter e do papel das instituições públicas, particularmente da Universidade.

Em recente trabalho[1], ao citar uma qualificação política dada ao governo FHC por Maria Vitória Benevides, afirmei como desdobramento: "O atual governo, fruto do projeto de centro à Brasileira que sempre cai nos braços da direita, conseguiu organizar condições políticas para, à sua maneira, reformar o Estado e especificamente a Universidade, sob o ideário que tem sido, de forma cansativa, chamado de neo-liberal. Os mesmos velhos inimigos do ensino público e gratuito de hoje, particularmente, da Universidade Pública, continuam no poder".

Tal projeto de reforma da Universidade tem como eixo o processo de fragmentação, elitização e privatização do que resta de públi-

co e comum na Universidade Brasileira. Ele estimula, na instituição, um espaço privilegiado para reprodução de componentes ideológicos, culturais, sociais e econômicos, constitutivos e orgânicos à nova ordem do capitalismo, em pleno processo de aceleração e globalização, que em crise reinicia um novo ciclo de acumulação, desigualdade, exclusão e exploração.

OS MESMOS VELHOS INIMIGOS DO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO DE HOJE, CONTINUAM NO PODER

Desde a década de 1980, como desdobramento das "políticas negativas" governamentais e da incorporação na Universidade de componentes ideológicos então predominantes na nova ordem capitalista mundial, cresce, de forma insidiosa e veloz, o que tenho denominado de processo de privatização interna ou "por dentro" da Universidade Pública [2].

Na escassez de recursos públicos na Universidade, setores minoritários, estimulados por políticas prevalecentes, individualmente ou em pequenos grupos, separam-se do conjunto social dos docentes e submetem-se aos imperativos da nova lógica das relações diretas com agências financiadoras e com o mercado, na maioria das vezes sem nenhum controle social ou transparência pública, como se este fosse o único caminho. Institui-se a lei do "salve-se quem puder". Cresce na Universidade, a partir destas práticas, a lógica privatizante e a razão mercantil imposta pela nova ordem econômica, cultural e ideológica. É claro que entre estes setores minoritários há os que, mesmo adotando e reproduzindo o modelo de produção e difusão privatizados de conhecimento, tentam, no limite, resistir

à influência cultural e ideológica da nova ordem.

O processo de privatização interna realiza-se ainda pela maior subordinação das práticas acadêmicas aos interesses privados, e a posse privada dos recursos financeiros e dos meios de trabalho, por indivíduos ou pequenos grupos, como se proprietários fossem dos bens adquiridos através de recursos provenientes de empresas, agências financiadoras e outras insituições privadas ou públicas que, em última instância, destinam-se ao trabalho na Universidade Pública. Assim, equipamentos, laboratórios, bibliotecas, computadores, mobiliários, veículos, espaço físico, etc., adquiridos por recursos externos, deixam de ser referidos como da Universidade Pública e são nominados como pertencentes ao "professor fulano", pessoa física como se jurídica fosse. O acesso a tais meios ou instrumentos de trabalho não tem sido definido como direito dos estudantes, professores e servidores técnico-administrativos ao bem público, nem tampouco é regulado pela instituição pública ou pela vontade coletiva dos seus sujeitos.

Na escassez de bens públicos, o acesso dos que trabalham e estudam na Universidade Pública aos meios ou instrumentos de trabalho tem sido, na lógica da privatização interna, expressão unilateral da vontade particularizada daqueles que assumiram a posse privada desses bens que, repito, em essência, são públicos. Além do mais, isto se passa no espaço institucional público mantido por recursos públicos do orçamento, em nome da Universidade Pública, cujo processo de trabalho que legitima a instituição continua socializado, isto é, repartido entre todos, mesmo que cada vez mais injusto e desigual. E os professores que realizam o trabalho no processo privatizado são contratados com recursos públicos para a realização de atividades públicas.

No processo de privatização interna, a contratação de pessoal técnico-administrativo, auxiliares de pesquisa, professores para cursos de extensão, técnicos especializados para consultoria e pesquisadores, desde o recrutamento, supervisão , gestão e remuneração, deixa de ser atribuição institucional baseada nas normas constitucionais e legais, para efetivar-se como escolha particular e pessoal de um ou poucos docentes, como se fosse um negócio privado. Deste modo, podem ser constituídos atalhos para o não cumprimento dos requisitos públicos e legais, a exemplo de concurso ou seleção públicos, da licitação pública, da remuneração, etc., facilitando práticas de privilégios, apadrinhamentos, nepotismo e fisiologismo.

Neste processo de privatização e de subordinação ao mercado, muitos contratos de financiamento de pesquisas, consultorias, cursos de extensão, não têm a ver com os objetivos e o sentido da Universidade Pública de acordo com o mandato social e o sentido da Universidade Pública de acordo com o mandato social conferido pela sociedade às Instituições Públicas de Ensino Superior. Muitas vezes as atividades financiadas, neste processo de privatização, expressam interesses particulares internos ou interesses privados externos, além de evidenciar a vergonhosa prática da mercantilização de pensar e do conhecimento.

Em determinados departamentos, Escolas ou Institutos, não há, neste processo de privatização, o mínimo de negociações de professores com agências financiadoras, sobre a utilização e destinação dos recursos financeiros obtidos em nome e em razão também do prestígio da Instituição Pública. Enfim, todos estes procedimentos ocorrem como se fossem privados e não mais dissessem respeito: ao coletivo dos professores que res-

pondem pela prática universitária cotidiana dos Departamentos, Escolas ou Institutos; aos alunos que materializam no aprendizado um dos principais sentidos da Universidade; à sociedade que construiu e mantém a Instituição e paga o salário do pessoal; aos servidores técnico-administrativos contratados para um trabalho público e não privatizado ou particularizado; à instituição que teima em ser pública.

Em resumo, o processo de privatização interna caracteriza-se ainda por:

a) privatização dos interesses, propósitos e objetivos, antes, no possível, definidos coletiva e socialmente;
b) privatização do patrimônio público;
c) privatização da cultura universitária acumulada na prática histórica do conjunto dos sujeitos universitários;
d) maior vinculação, dependência e submissão da Universidade às leis e aos interesses imediatos do mercado [3].

A universidade, como conjunto de práticas e saberes, tem também sofrido profundas modificações pelo que denomino processo de economização da vida universitária, que em termos resumidos assim tenho qualificado: "A economização da vida universitária processa-se a partir da inserção da ciência como fator de produção, pelo papel do conhecimento e da educação nos processos produtivos, pela lógica do financiamento externo e a desresponsabilidade crescente do Estado, pelos processos de privatização por dentro, pela razão mercantil e tecnocrática, pela excessiva concentração do movimento docente nas lutas salariais devido ao arrocho, pela atenção privilegiada dos alunos com o mercado de trabalho futuro, em razão do desemprego conjuntural e estrutural, etc".[4]

O processo de privatização interna e de economização da vida universitária, tendo como pano de fundo a nova ordem do capitalismo, sob a égide do neoliberalismo,

tecendo uma forte articulação do econômico, da política, da cultura e da ideologia, tem promovido nas atuais circunstâncias da Universidade Pública Brasileira:

a) maiores desigualdades entre os sujeitos universitários com incremento de privilégios, injustiças e limitação da democracia interna;
b) lógicas concentradoras de recursos, dados, informações e de poder acadêmico em mãos de uma minoria, independente da qualidade do trabalho e da diferenciação do empenho produtivo. Isto culmina, muitas vezes, com o desenvolvimento de mecanismos autoritários e de pequenos feudos dentro de Escolas, Departamentos e Serviços Universitários;
c) a abertura lógica do produtivismo, meramente quantitativo, como valor. A quantidade numérica de trabalhos publicados e a produção em série de trabalhos repetitivos de um mesmo e antigo manancial de dados (arquivados durante muitos anos em computadores), repartidos de forma fragmentada em várias publicações, são hoje mais valorizadas que a apreciação do conteúdo e da qualidade do trabalho realizado. Nas avaliações que privilegiam a lógica do produtivismo na esfera do conhecimento, muitas vezes, perdem aqueles pesquisadores que persistem na Universidade "remando contra a maré" e desenvolvendo trabalhos sérios e de excelente qualidade;
d) a ampliação da competitividade, do individualismo, da fragmentação, da separação e das brigas fratricidas;

O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO INTERNA REALIZA-SE PELA SUBORDINAÇÃO DAS PRÁTICAS ACADÊMICAS AOS INTERESSES PRIVADOS

e) perda da liberdade e autonomia no processo acadêmico, com a conseqüente fragilização do potencial reflexivo e crítico;

f) esvaziamento do espaço público e expansão do espaço privado [5]

Assim, as portas da universidade vão sendo abertas para a reprodução da razão mercantil na esfera do pensar, da produção e difusão do conhecimento. As práticas socialmente compartilhadas que historicamente dão vida e movimento à cultura universitária se fragilizam. Os interesses privados sobrepujam os comuns e coletivos. A incorporação dos valores do mercado, neste atual contexto, tende a deslocar a reflexão crítica para o pensamento conformista, bem comportado e submisso, e a qualidade para o produtivismo quantitativo [6].

As políticas do Ministério da Educação e das agências oficiais de financiamento (CNPq, CAPES, etc.) têm estimulado na universidade a lógica do produtivismo e valorizado excessivamente a mera titulação formal, destacando-se a de Doutor, como fim em si mesma, substituindo a avaliação de conteúdo dos trabalhos, dos programas, e qualificação dos docentes.

Este processo, que tem sido denominado de "doutorismo", estimula maior diferenciação salarial, separação, hierarquização e fragmentação do trabalho universitário desprezando-se a qualidade e competência. Tal lógica pode promover a indústria do doutorado com a facilitação da obtenção do título. Sabe-se que determinados cursos de mestrados têm sido precarizados para facilitar o mais rápido acesso ao doutorado. O número de doutores, e não a competência do trabalho dos professores e a qualidade dos cursos é que valoriza o programa de pós-graduação para o recebimento de mais recursos e prestígio acadêmico.

Da mesma forma, as políticas oficiais têm promovido uma ver-

deira oposição, e não complementariedade, entre os cursos de graduação e os de pós-graduação. Define-se uma relação de "primo rico" (pós-graduação) com "primo pobre"(graduação). Na graduação, em contraste com a pós-graduação faltam professores, material didático, equipamentos, laboratórios, bibliotecas atualizadas, campo de estágio e treinamento prático, etc. Cresce assustadoramente nos cursos de graduação o percentual de professores substitutos, portanto temporários, contratados precariamente. É também preocupante o irregular preenchimento de vagas de professores concursados da carreira docente por profissionais sem vínculo com a Universidade, geralmente contratados por grupos de pesquisas ou estudantes de cursos de pós-graduação, para o ensino de disciplinas na graduação.

As políticas de privilegiamentos da pós-graduação e desqualificação da graduação podem provocar uma crescente tendência de professores apenas vinculados à primeira (primo rico) sem compromissos com a segunda (primo pobre). Afinal, a pós-graduação mais facilmente articula a lógica do produtivismo, o processo de privatização interna e a relação com o mercado. Nesta lógica perversa, em pleno processo de esvaziamento da Universidade, o ensino de graduação pode ser visto como um "peso morto" ou uma questão secundária desvalorizada. Daí é apenas um passo para a cobrança de mensalidade aos estudantes. Os inimigos do ensino público e gratuito estão à solta requerendo a cobrança das mensalidades dos estudantes nas Instituições de Ensino Superior.

O documento do Banco Mundial[7] sobre o ensino superior no Terceiro Mundo, publicado em inglês em 1994 e em espanhol em 1995, demonstra com clareza o que se articula para as Universidades Públicas nesse atual ciclo de pre-

domínio do capitalismo em avançado processo de globalização.

O documento defende a necessidade de reformas no ensino superior nos países do Terceiro Mundo e aponta, entre outros, os seguintes caminhos:

1° - estimular maior diferenciamento das instituições, incluindo o desenvolvimento das instituições privadas. Destaca também a expansão de instituições não universitárias;

2° - proporcionar incentivos para que as instituições públicas diversifiquem as fontes de financiamento, entre elas, a participação dos estudantes nos gastos, e a estreita vinculação entre o financiamento fiscal e os resultados. Propõe a mobilização de maior volume de financiamento privado, cobrança de matrícula e mensalidade aos estudantes, e realização de atividades com geração de renda (cursos de breve duração para empresas ou particulares, contratos de investigação, serviços de consultoria, etc.). Defende como meta as instituições públicas alcançarem 30% das necessidades de recursos com financiamento não governamental.

3° - redefine a função do governo no ensino superior.

O Banco Mundial, através deste documento, reconhece que nas últimas décadas tem havido diminuição do aporte de recursos orçamentários para as Instituições Públicas de Ensino Superior, um aumento da demanda por matrícula nas Universidades e queda na qualidade dos cursos. Então, de forma conclusiva, sugere a receita ao afirmar que o Ensino Superior não deveria ter maior direito ao uso de recursos fiscais, e a melhora da qualidade e o aumento da matrícula pode ocorrer com pouco ou nenhum aumento do gasto público.

A ideologia transmitida e as receitas para o Ensino Superior pelo Banco Mundial são orgânicas às políticas de ajustes econômicos sob ideário neoliberal que tem sido impostas aos países do Terceiro Mun-

do pelas corporações financeiras internacionais e transnacionais, a destacar-se o próprio Banco Mundial.

Além disso, o banco anuncia apoio técnico e financeiro para os países que adotarem as estratégias básicas formuladas no documento.

As formulações e indicações do Banco são, no atual contexto mundial, portadoras de enorme influência nos países de Terceiro Mundo, em razão de:

a) elevado grau de dependência e subordinação dos Estados Nacionais, no Terceiro Mundo, às corporações financeiras internacionais ou transnacionais, entre elas o Banco Mundial;

b) forte vinculação das formulações com as predominantes cultura e ideologia da nova ordem capitalista, que dão ênfase à privatização, desresponsabilização do Estado e estreito relacionamento com o mercado, dentro do receituário que tem sido chamado neoliberal. As propostas contidas no documento são uniformizadas em escala mundial, apesar das diferenças e especificidades dos países;

IDEOLOGIA E RECEITAS DO BANCO MUNDIAL SÃO ORGÂNICAS ÀS POLÍTICAS DE AJUSTES NEOLIBERAIS

c) pontos propostos pelo documento já estão sendo desenvolvidos na Universidade Brasileira: desresponsabilização de Estado, diminuição dos recursos orçamentários, estímulo às escolas privadas, diversificação das fontes de financiamento das escolas públicas, maiores vínculos com o mercado, privatização interna etc. Não há maiores conflitos entre as políticas do governo FHC para a Universidade e as propostas do Banco Mundial;

d) em muitos países do Terceiro Mundo como o Brasil, que con-

vivem com *déficit* nas contas públicas, e políticas econômicas de estabilização da moeda, as recomendações do Banco Mundial caem como uma "luva" para as políticas dominantes.

O conjunto dos processos até aqui discutidos, intimamente relacionados, provocam a retomada da idéia ilusória da Fundação, que como forma administrativa, é agora revestida da capacidade de resolver problemas estruturais e de fundo da Universidade Pública Brasileira. O apelo às Fundações não é novo; durante o regime militar tivemos uma outra onda, então estimulada pelos governos autoritários.

A retomada da idéia de Fundação, nos últimos anos, está vinculada ao próprio conceito histórico, à desresponsabilização do Estado para com o financiamento da Universidade Pública, à fé ideológica na força e na capacidade do mercado de solucionar os problemas, à economização da vida universitária e ao processo de privatização interna [8].

Generalizou-se nos últimos anos, como uma onda, a proliferação de Fundações internas às Escolas, Departamento, Serviços Universitários, Institutos e Universidades. Muitos outros projetos estão na gaveta de grupo de professores ou instâncias dirigentes à espera de condições políticas propícias para a efetivação.

A idéia de Fundação neste momento tem se pretendido consensual e óbvia, como o que ocorre no campo político, em geral.

A Fundação, como forma administrativa, não se objetiva de maneira neutra e inócua em relação ao caráter público da Universidade. Ela, por seu caráter privatizante, articula-se ao processo de economização da vida universitária e da privatização interna, contribuindo para a transformação da possível Universidade crítica e produtora do conhecimento em uma Universidade de serviços, com o deslocamen-

to da sociedade (e dos alunos) para o mercado (cliente).

Hoje, nas circunstâncias objetivas e subjetivas que se configuram na Universidade, nos desdobramentos e propósitos das políticas governamentais para com a Universidade, na dinâmica da reforma do Estado e serviço público, na prática das agências financiadoras e nos interesses de grupos minoritários dentro da Universidade, a idéia de Fundação vincula-se ao conteúdo da privatização. E assim tal forma administrativa adquire o sentido de reestruturar, organizar e impulsionar os processos ainda dispersos de privatização interna já em curso e estabelecer de forma mais direta a relação com o mercado.

Então, o conceito histórico de Fundação está, no presente, intimamente vinculado à ilusão de que esta forma administrativa irá captar suficientes recursos extra-orçamentários a partir de uma estimulante relação direta com o mercado. A história, porém, tem demonstrado a incapacidade do mercado e, particularmente, das empresas privadas, de suprir a Universidade com recursos necessários ao seu adequado funcionamento. Para isto basta uma olhada no passado e, no presente, na relação do mercado com a esmagadora maioria das Fundações existentes na Universidade Pública Brasileira e mesmo nas Escolas ou Universidades privadas. Os interesses das empresas são imediatos e localizados em alguns setores ou grupos específicos de pesquisa, consultoria ou cursos, além, é óbvio, o de alterar o mandato social da Universidade Pública.

É importante, também, desmitificar a idéia de autonomia que frequentemente é associada a Fundação. Na realidade aqui analisada, o conceito de autonomia das Fundações, com o conceito de livre iniciativa, originalmente econômico capitalista e privado [9]. Então, na crise profunda da Universidade Brasileira, a retomada da idéia de

Fundação confunde-se com o descomprometimento com caráter e sentido público da nossa Universidade, com a maior subordinação da capacidade reflexiva socialmente construída em liberdade.

Em resumo, as Fundações internas na Universidade Pública no Brasil têm revelado:

a) maior vinculação e dependência aos interesses do mercado;

b) predomínio de respostas aos interesses privados externos e particularizados internamente;

c) privilégio da razão mercantil, da venda de serviços e contrato de pesquisas;

d) o controle por poucos indivíduos das estruturas de poder e o incremento de feudos;

e) em grande parte, ausência de controle e transparência públicos;

f) freqüentemente, a constituição de formas de "autonomismo", separação ou perda de solidariedade coletiva com o conjunto da Universidade Pública em crise;

g) tentativas de se driblar os controles públicos, os direitos iguais e democráticos, a exemplo do concurso público, das licitações públicas, da isonomia salarial pela idéia de complementação salarial, ganhos extras, remuneração por tarefas, geralmente para poucos indivíduos e definidos "autonomamente".

Os processos outrora conceituados como de extensão universitária para a sociedade estão também, em muitos lugares, sendo confundidos, nesta redução "moderna" da Universidade para "Universidade de serviços", com verdadeiros "caça-níqueis" na elaboração em série de cursinhos pagos, de assessorias e consultorias contratadas, de cobrança no atendimento médico, psicológico, farmacêutico etc, obviamente alterando radicalmente a clientela, e não mais importando os direitos adquiridos historicamente pelas massas trabalhadoras e camadas populares.

Denúncias veiculadas em debates já indicam em um ou outro lugar a fusão no mesmo curso de disciplina de pós-graduação de alunos públicos devidamente matriculados na Universidade e técnicos de empresas inscritos nos pequenos cursos vendidos ao setor privado. Obviamente, o conteúdo da disciplina acaba se adequando aos interesses de quem paga diretamente. Assim, curso de pós-graduação que deveria ser público e gratuito, é transformado numa atividade privada, com remuneração para a Escola ou Instituto e para o professor que aceita esta vergonhosa transmutação. É claro que os interesses da empresa que paga e dos técnicos por ela encaminhados não são necessariamente pelo sentido do curso que deveria ser pós-graduação.

OBVIAMENTE, O CONTEÚDO DA DISCIPLINA ACABA SE ADEQUANDO AOS INTERESSES DE QUEM PAGA DIRETAMENTE

Ainda em relação a essa crescente confusão do espaço público com o privado, ou de se apagar os limites ou fronteiras entre o público e o privado, o que afinal, na realidade brasileira, tende para a destruição do que é público, ou melhor, a utilização do público pelo privado, podem ser citados vários exemplos que têm sido referidos em diferentes encontros sobre a Universidade Brasileira. Destaco um deles: na Universidades Federal da Bahia foram apresentados ao Conselho Universitário, na forma da proposta de Resolução, critérios para a prestação de serviços remunerados pela UFBA e sobre a destinação das taxas cobradas [10]. No art. 4º diz textualmente:

"Os professores em regime de 40 horas e de dedicação exclusiva podem participar de atividades pa-

gas e por elas serem remuneradas desde que a carga horária destinada a essas atividades não ultrapasse 8 horas semanais e tenham sido previamente aprovadas pelo Departamento".

O mesmo dispositivo é entendido "democraticamente" para os servidores técnico-administrativos em regime de 40 horas, desde que não exceda 5 horas semanais.

Ninguém precisa ser expert ou futurologista para prever o que esta Resolução acarretará, caso seja aprovada. Se hoje, não existindo formalização, grupos minoritários de professores no espaço físico da Universidade Pública, usando material público, em horário contratual de trabalho público, no processo de privatização interna e no de Fundações internas, já são remunerados por agências financiadoras e empresas privadas em muitas horas semanais, imagine-se o que ocorrerá com esta regulamentação.

Felizmente, assembléias do Sindicato dos Professores Universitários e plenárias de alguns Departamentos têm se pronunciado com firmeza contra este absurdo.

Além de tudo isto imagine-se a extensão, por isonomia deste "direito privado" para todos os outros servidores públicos, nos serviços de Saúde Pública, nas Escolas Públicas do 1° e 2° graus, com médicos e professores utilizando as dependências físicas das Instituições Públicas para, respectivamente, realizar consultas e aulas privadas. Do mesmo modo o funcionário do Banco do Brasil poderia ter o "direito" a um dia na semana para trabalhar dentro do próprio banco para o Bradesco, o Unibanco, etc.

Por certo haverá quem queira justificar todas as práticas que estão se desenvolvendo no processo de privatização interna e submissão ao mercado, com a desculpa da inexorabilidade (somente para eles) do caminho único a que todos devem se submeter nesta nova

ordem do capitalismo globalizado e do reinado do mercado, só não terão a coragem de explicitar que tais práticas só servem para uma minoria e são geradoras de intensas desigualdades, privilégios, injustiças e exclusão.

Além do mais, estas práticas privatizantes já em andamento corroem a Universidade de reforma administrativa e de reforma da Universidade elaborados pelo governo FHC e já em tramitação. A crítica aos processos privatizantes localizados e em curso na Universidade tem o sentido de despertar a consciência sobre os efeitos destrutivos na cultura universitária, as mudanças nas relações sociais no trabalho universitário, a perda do caráter público, democrático e crítico da Universidade e a fragilização dos compromissos sociais e éticos. O que virá em larga escala com os projetos do governo - das "organizações sociais", da desresponsabilização do Estado e a privatização das Instituições de Ensino Superior.

Estamos todos cansados de saber que no Brasil, a Universidade Pública funciona bem melhor que as privadas. Mesmo quando esvaziada e sucateada pelas políticas governamentais, a Universidade Pública mantém a superioridade qualitativa na produção de conhecimentos, no desenvolvimento técnico e tecnológico, na reflexão crítica, na criação, nas manifestações culturais, no compromisso social, na formação de técnicos e profissionais etc. E, de forma definitiva, a Universidade Pública supera as privadas no caráter democrático, de justiça e igualdade social, e nas possibilidades da liberdade.

A privatização da Universidade Pública no Brasil encerra, no mínimo uma razão cínica.

Na era Collor, quando poucos sujeitos universitários sustentavam a resistência ativa contra as ameaças e tentativas do governo de privatização institucional da Universi-

dade, então já esvaziada, isolada e fragilizada, eu afirmava que a nossa luta maior contra o projeto de privatização do governo passava necessariamente pela luta contra a privatização interna já existente. Falávamos de uma possível privatização vinda de fora da Universidade, quando desconhecíamos o processo de privatização que já se desenvolvia por dentro, estimulada pelas "políticas negativas" do Estado, pela cultura dominante, pela força do mercado e por agências financiadoras. E, ainda mais, tal projeto de privatização interna nos fragmentava, nos separava e nos fragilizava

De novo, nesse momento, estamos lutando contra a implantação da Reforma Administrativa do governo FHC (Presidente que reorganizou no poder os velhos e novos inimigos da Universidade Pública), a qual temos denunciado como privatizante, aniquiladora da Universidade Pública, cerceadora da liberdade e autonomia na Instituição Universitária. Mais uma vez, parece que muitos estão desconhecendo o crescimento, por dentro da Universidade, de uma insidiosa "reforma administrativa" sob a forma de: múltiplas e variadas Fundações; substituição da autonomia pela livre iniciativa; modificações nos planos de salários a partir de remunerações complementares localizadas, pagas por agências financiadores (públicas ou privadas) e empresas privadas; alterações nos planos de carreira através de incorporação de pessoal sem concurso público; terceirização; atividades de ensino por profissionais sem vínculo com a carreira universitária; crescimento exacerbado de professores substitutos; dupla militância no pertencer, no mesmo espaço e tempo, à Universidade Autárquica e a alguma Fundação interna; diferentes processos na aquisição de financiamento e bens materiais, etc. Estas reformas em curso também

fragilizam a Universidade.

Que diferenças substantivas existem entre, de um lado, a ideologia privatizante, elitista e de desresponsabilização do Estado, contida no projeto das "organizações sociais"/ "autonomia" do ministro Bresser e no Projeto de Reforma Universitária do Ministério da Educação - ambos do Governo FHC - e, de outro, a ideologia e os propósitos hoje predominantes no processo de privatização por dentro, nas Fundações e nas mudanças "administrativas" já em curso?

ESTAMOS LUTANDO CONTRA A IMPLANTAÇÃO DA REFORMA ADMINISTRATIVA DO GOVERNO FHC

Para ser mais provocativo, diria simbolicamente: assim como "Collor" na época estava também dentro da somente fora, já estão reproduzido dentro da Universidade. Em síntese, a luta contra a privatização da Universidade já em andamento. Uma tem a ver com a outra: a privatização interna em curso favorece o processo global e generalizado de privatização pretendido pelo governo.

Na última greve na Universidade Brasileira, no 1° semestre de 1996, observamos, pelo menos na Bahia, Escolas e Departamentos deliberando isoladamente não participar do movimento, desconhecendo o foro máximo de decisão do Movimento Docente - a Assembléia Geral. Evidenciou-se um "autonomismo" de segmentos docentes em relação ao conjunto do movimento. Em diferentes Estados a suspensão das atividades dos professores concentrou-se no curso de graduação. Em muitos programas de pós-graduação, de pesquisa e de extensão, os professores não aderiram à greve. Alguns professores no Comando Nacional de

Greve sugeriram como hipótese, para melhor avaliação e comprovação, que os focos de maior resistência à greve e contrários às lutas do Movimento Docente estavam localizados nas Instituições e espaços universitários onde se desenvolvem mais fortemente a incorporação ideológica ou a prática dos processos de privatização interna, de proliferação de Fundações e de maior dependência ao mercado e às agências financiadoras externas. Insinuou-se também que "as novas formas de lutas", tão repetidas e cansativamente apregoadas, nestes últimos anos, pelos arautos da "modernidade" para substituir a greve, estão mais vinculadas às "novas" negociações com os "novos patrões" (mercado, empresa, agências financiadoras, etc.) no processo de economização da vida universitária e de privatização, do que com a renovação das práticas de lutas no sentido de adquirirem maior combatividade, consistência, força e poder de pressão junto ao Estado.

O fato é que as chamadas "novas formas de luta" só aparecem quando da votação da greve e até hoje, pelo que se sabe, não foram explicitadas, resumindo-se apenas ao enunciado.

O importante para se analisar é a emergência e o crescimento de núcleos de professores bem minoritários mas, diante do marasmo e apatia, com influência e poder acadêmico. Muitos são vinculados diretamente aos processos privatizantes que anteriormente discutimos, defendendo, neste momento de tamanha crise na Universidade, uma cadeia vergonhosa de elos de capitulação se explicita no discurso e na prática política:

a) contra a greve como forma de luta;
b) desorganização do sindicato como mecanismo de organização. Isto não pode ser confundido com as necessárias críticas existentes no Movimento Do-

cente em relação a determinadas práticas e políticas sindicais, envolvendo problemas na representação e na participação democrática;

c) tentativa de ridicularizar o movimento coletivo e de massa;

d) não reconhecimento da assembléia geral como instâncias de deliberação;

e) tentativa de desmoralizar o confronto do movimento com as políticas governamentais;

f) aposta no processo de despolitização do movimento dos sujeitos universitários;

g) cooptação de lideranças estudantis;

h) submissão à nova/velha ordem do capital globalizado, do reinado do mercado e ideologia neoliberal.

Torna-se urgente repensar coletivamente o movimento dos sujeitos universitários em razão de mudanças objetivas e subjetivas que estão se desenvolvendo no espaço universitário em nosso país. Estamos enquanto sujeitos sociais, particularmente na categoria docente, divididos, separados e fragmentados por muitos dos processos que vêm ocorrendo na Universidade Pública Brasileira, alguns já analisados neste texto. Estes processos têm nos fragilizado e nos colocado na defensiva frente a múltiplos ataques.

Citaremos resumidamente algumas das questões geradoras da fragmentação e separação:

a) diferentes regimes de trabalho (20 horas, 40 horas, dedicação exclusiva) que no presente tem maior interferência nos vínculos com a Universidade e na sustentação econômica dos docentes;

b) forte hierarquização e divisão pela titulação formal, principalmente no endeusamento do "doutorismo" que tudo pode (inclusive um enorme diferencial na remuneração e na exclusividade na obtenção de bolsas),

e a destituição progressiva de direitos e do reconhecimento dos que, como maioria, não têm o título de doutor, independentemente da competência e qualidade da prática acadêmica;

c) a maior ou menor inserção na graduação ou na pós-graduação;

d) a existência de vínculos objetivos e aderência subjetiva ao processo de privatização interna, com incorporação da ideologia privatizante e de subordinação ao mercado;

e) a grande diferença de remuneração, particularmente considerando os de dedicação exclusiva, entre a maioria de professores que trabalha eticamente de acordo com o contrato com a Universidade Pública, cuja remuneração total é expressa no comprovante de vencimento ou contracheque, e os que têm no contracheque a expressão de um complemento à remuneração principal, em termos quantitativos, recebida a partir de trabalho universitário para empresas privadas/agências financiadoras e na venda de serviço universitários;

f) a fragilidade dos laços de solidariedade e de coesão que vem ocorrendo mundialmente com a classe operária e diferentes de trabalhadores processa-se também com os sujeitos sociais universitários, ressalvadas as diferenças específicas.

Este corte, esquemático e resumidamente descrito, abre possibilidades, quando melhor desenvolvido, de compreensão e superação de determinadas dificuldades na ação conjunta da maioria dos docentes, e na participação ativa e efetiva de alguns segmentos. Entretanto, apontamos no texto, sem ilusões, a existência de dois grandes pólos fundamentais que aglutinam muitos dos sujeitos sociais universitários e que hoje se contrapõem na Universidade: a maioria (fragmen-

tada, separada) que pratica e defende a Universidade Pública, gratuita, democrática e de qualidade, e os praticam e defendem os processos privatizantes, portanto facilitadores e aliados da política governamental.

Precisamos entender que a privatização da Universidade Pública não se dá a partir de um único ato externo, como ocorre com a venda da propriedade das estatais nos leilões oficiais. A privatização objetiva-se na Universidade por compromissos e prática dos sujeitos universitários, mesmo que coagidos e forçados por medidas legislativas e do poder executivo.

ACREDITO NA POSSIBILIDADE DOS SUJEITOS UNIVERSITÁRIOS DESENCADEAREM UM MOVIMENTO MAIS COMBATIVO E DECISIVO

A questão conflitativa do público e do privado nas Universidades Brasileiras é fundamental e precede muitas outras questões. A relevância da discussão da autonomia, da liberdade e da democracia na amplitude que requeremos, só tem sentido e possibilidade de concretizar-se na Universidade Pública.

Entre estudantes, professores e os técnico-administrativos há (pelo individualismo, descrença na ação coletiva, fragmentação) contingentes significativos apáticos e silenciosos, mas com possibilidades objetivas de adesão ou aglutinação em torno da defesa da Universidade Pública e conquistas na qualidade e autonomia. É básica a ampliação de alianças e articulações em torno dos princípios fundamentais do movimento dos sujeitos universitários. Para isto é fundamental a unidade da ação da ANDES, UNE e FASUBRA, no sentido de articular e mobilizar de forma coesa a maioria dos sujeitos universitários.

Estamos cansados de saber que os enunciados de bandeiras de

lutas e os slogans não são suficientes para superarmos as dificuldades de mobilização dos sujeitos universitários. Assim como têm limites estreitos os encaminhamentos burocráticos das decisões de conselhos e Congressos das entidades. É requerido um amplo processo de discussão conjunta que de fato envolva significativas parcelas da maioria dos sujeitos universitários. Somos convocados, pela atual dinâmica, a travar, a partir de dentro da Universidade, uma corajosa luta política e ideológica.

Um processo de reflexão crítica, significantemente ativo, coletivo e profundo, será capaz de atualizar e renovar formulações e práticas organizativas do movimento social dos sujeitos universitários na defesa da Universidade Pública, gratuita e democrática, e na conquista da autonomia e da qualidade.

No espaço da Universidade, movimento que recusa a reflexão crítica sobre suas próprias práticas e a formulação criativa e inovadora sobre a própria Universidade, nega a própria essência de ser sujeito universitário. E ainda mais, no terreno da Universidade - *locus* do pensar, da reflexão crítica, da produção do conhecimento e da criação -, para se sacudir o marasmo e a apatia, só um vigoroso processo de agitação cultural, dentro e a partir da Universidade, capaz de alcançar o espaço público da sociedade.

O prolongado silêncio dos sujeitos universitários frente às grandes questões e problemáticas da esmagadora maioria do povo brasileiro fragiliza a credibilidade e a legitimidade da Universidade, além de insinuar cumplicidade com as práticas dominantes. A problemática política, ideológica, social, econômica e cultural da sociedade brasileira perpassa o cotidiano da vida universitária. Não há conflitos e separação originários no sentido conceitual da Universidade do que chamamos de temática geral da so-

ciedade e temática específica da Universidade.

A sociedade brasileira, na dinâmica dos conflitos e contradições das classes sociais, confere mandato social à Universidade Pública, que inclui a reflexão crítica sobre a própria realidade contraditória. O perigoso distanciamento da sociedade a que foi levada a Universidade, nestes últimos anos, especialmente da maioria oprimida, explorada e excluída, requesita uma tematização e análise mais aprofundada para a sua superação. Permanece o desafio da (re)construção de uma competente e criativa relação com a sociedade que dá sentido à Instituição.

A luta para reverter a política de arrocho salarial, a reforma administrativa, as políticas de sucateamento dos serviços públicos e os projetos neoliberais de privatização, obviamente deve ser travada pelo conjunto dos servidores públicos federais. Por outro lado, a luta fundamental para a reviravolta da Universidade Pública no sentido das conquistas democráticas, da autonomia, da qualidade, da capacidade criativa e crítica, deve ser obra dos sujeitos universitários. Afinal, não se trata apenas de resistir ao desmonte da Universidade Pública, mas também da reconstrução da Universidade que queremos. Assim, não encontramos na realidade a contradição entre os dois momentos, como tem surgido na cabeça de muita gente como uma falsa dicotomia. Os movimentos se completam e se reforçam, não se opõem.

Acredito na possibilidade dos sujeitos universitários desencadearem um movimento mais combativo e decisivo, articulado às forças vivas e democráticas da sociedade, para confrontar as políticas hoje dominantes e superar a crise da Universidade, pelo caminho do caráter público, da autonomia, da qualidade e da liberdade.

Por isso, para finalizar, quero mais uma vez enaltecer aqueles que na Universidade, com dignidade e coerência, de alguma forma e no possível, têm resistido à nova/velha ordem do capitalismo, denominado por alguns de "modernidade" assentada nos pilares do capital globalizado e do mercado integrado e que não tem tido a capacidade de esconder a ampliação das desigualdades, a violenta exclusão, a barbárie, a degradação ética e a vergonhosa capitulação de muitos intelectuais aos interesses dominantes.

Salvador, 2 de agosto de 1996.

NOTAS

1. O trabalho referido no texto de minha autoria foi publicado em Textos 4 APUB (Associação dos professores Universitários da Bahia), Salvador, 1996: Pinheiro, Luiz Umberto - Crise da Universidade Pública Brasileira e as Fundações Internas. E a citação de Maria Vitória Benevides está no artigo publicado na *Folha de São Paulo*, 17/03/94: A Candidatura FHC e a "Vez do Centro".

2. Inicialmente desenvolvi a discussão sobre privatização interna na Universidade em dois trabalhos. "No presente, com o valor do subjetivo, há opção? A crise da Universidade Pública" e o segundo, como transcrição de minha participação na mesa-redonda "Processos de Privatizações na Universidade Pública Brasileira". Os dois trabalhos estão publicados na Coletânea que organizei, intitulada "Crises e Dilemas da Universidade Pública no Brasil". Centro Editorial e Didático Federal da Bahia, Salvador, 1195.

3. Pinheiro, Luiz Umberto: No presente, com o valor do subjetivo, há opção? A crise da Universidade Pública, op. Cit.

4. Pinheiro, Luiz Umberto: Crise da Universidade Pública Brasileira e as Fundações Internas, op. Cit.

5. Ver os dois textos de minha autoria anteriormente citados

6. Idem

7. Banco Mundial, La Enseñanza Superior. Las lecciones derivadas de la experiencia. Washington, D. C. EE. UU. 1995

8. Discussão mais sistematizada sobre as Fundações Internas na Universidade Pública Brasileira, encontra-se no artigo: Pinheiro, Luiz Umberto - Crise da Universidade Brasileira e as Fundações Internas, op. Cit.

9. Ver Aquino, Romélio - Sobre a Reestruturação da Universidade Brasileira, mimeo, s. d.

10. Universidade Federal da Bahia - Conselho Universitário: Projeto de Resolução: Estabelece critérios para a prestação de serviços remunerados pela UFBA e sobre a destinação das taxas cobras. Sala dos Conselhos da Universidade Federal da Bahia, em 12 de janeiro de 1996.

UNIVERSIDADE

REFORMA DO ESTADO E REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Waldemar Sguissardi
Professor do Departamento de Mestrado em Educação da UNIMEP

Nos últimos cinco anos do século XX, temos assistido à tentativa de se fazer do Brasil um país de reformas: institucional, econômica, fiscal, tributária, previdenciária, produtiva, educacional, etc.. Numa palavra, pretende-se reformar o Estado e a própria Constituição. Nesta cruzada reformista está engajado o governo, e de alguma forma, a Sociedade.

Transcrevo, na Folha de São Paulo de 08/04/96, um informe publicitário pago pelo governo federal:

ESTABILIZAÇÃO E REFORMAS ou SEM REFORMAS NÃO HÁ DESENVOLVIMENTO.

Todo brasileiro quer viver em um país melhor. Um país com mais empregos, melhores sa-

lários, mais saúde, mais habitação, mais transportes, educação para todos. Um país mais desenvolvido e mais justo. O Brasil está avançando nessa direção. Primeiro foi o Plano Real, que controlou a inflação e estabilizou a economia. Agora, os brasileiros podem planejar a sua vida com mais tranqüilidade, e aqueles que ganham menos podem consumir mais. Mas isso não basta. É preciso avançar na direção do desenvolvimento e da melhoria das condições de vida dos brasileiros. Para que isso seja possível, o governo elaborou um amplo programa de reformas que exigem mudanças na Constituição do país. A Reforma Econômica já foi aprovada pelo Congresso Nacional e significa o início da modernização do país. A abertura da economia e as privatizações vão permitir que a iniciativa privada substitua o Governo nas áreas onde ela for mais eficiente, como na siderurgia, nas ferrovias e na energia elétrica, entre outras. Isso se traduz em mais oportunidades e mais empregos. E vai permitir ao Governo investir nas áreas sociais, como saúde, educação, buscando a diminuição das desigualdades sociais. A Reforma da Previdência, além de assegurar os direitos de quem já está aposentando ou está para se aposentar, permitirá as primeiras conquistas na luta contra os privilégios e desigualdades do sistema. (...) Outras reformas também estão sendo encaminhadas para serem debatidas e votadas no Congresso Nacional. (...) O caminho do desenvolvimento brasileiro precisa de reformas. Com elas, cada um vai poder cumprir seu papel no futuro do país. E o Governo vai poder fazer a sua parte: assegurar o Plano Real e a estabilidade da economia e investir mais na área social, para os milhões de cidadãos do Brasil.

Esse texto, como se pode ver, é elaborado num tom administrativo-eficientista e de fundo clara-

mente neofuncionalista. Tenta-se fazer crer que bastará o governo promover certos ajustes e o país encontrará o caminho da modernidade e do desenvolvimento. Com isto, todos os problemas estruturais do país seriam superados e a dignidade dos cidadãos enfim restabelecida. Uma bela estória é uma forma simplista de compreender reformas institucionais, que pressupõem a existência de harmonia, estabilidade e continuidade de determinada situação social, que, com ajustes, se tornaria justa, democrática e igualitária.

UMA BELA ESTÓRIA É UMA FORMA SIMPLISTA DE COMPREENDER REFORMAS INSTITUCIONAIS

Gostaria de expor rapidamente alguns elementos de compreensão das mudanças que se efetuam na educação superior do Brasil, no âmbito do movimento das reformas por que está passando o país, mas a partir de uma concepção que não caísse nos simplismos presentes nas propostas oficiais e, eventualmente, nas críticas que se fazem a essas propostas.

Tentarei identificar e analisar as principais características que marcam a reforma da educação superior no Brasil, a partir de seu contexto mais amplo ou seja, da reforma administrativa do aparelho do Estado, no âmbito do MARE (Ministério da Administração e da Reforma do Estado). Em seguida, lançarei mão de alguns elementos teóricos, especialmente a partir de formulações de POPKEWITZ e de HARWEY , para entender o neofuncionalismo presente nestas reformas.

No governo brasileiro o ajuste neoliberal, patrocinado por organismos internacionais (FMI, BIRD/BM, BID, etc), é assumido

principalmente pelo MARE, comandado pelo Ministro Bresser Pereira. O diagnóstico que esse ministro faz dos problemas nacionais está bastante vinculado a uma leitura e interpretação da crise feitas por aqueles organismos internacionais; onde destaca-se o papel do Estado, ou da esfera pública, como sua principal causa. E a necessidade de sua reforma.

A cada dia, mais afinados com este diapasão, põem-se as diretrizes e propostas do MEC, que, nos seus diagnósticos, retoma a mesma crítica ao Estado. Cada vez mais aponta a iniciativa privada como panacéia ou solução para todos os nossos problemas estruturais.

Para o Ministro Bresser, reformar o Estado

...significa superar de vez a crise fiscal, de forma que o país volte a apresentar uma poupança pública que lhe permita estabilizar solidamente os preços e financiar os investimentos. Significa completar a mudança na forma de intervenção do Estado no plano econômico e social, através de reformas voltadas para o mercado e para a justiça social. Reformar o Estado significa, finalmente, rever a estrutura do aparelho estatal e do seu pessoal, a partir de uma crítica não apenas das velhas práticas patrimonialistas ou clientelistas, mas também do modelo burocrático clássico, com o objetivo de tornar seus serviços mais baratos e de melhor qualidade.[4]

O ministro considera a crise do Estado (crise fiscal, crise do modo de intervenção da economia e do social e crise do aparelho do Estado) a causa fundamental da crise econômica por que o país vem passando nos últimos 15 anos. Por crise fiscal entende a perda do crédito público e a poupança pública negativa. Por crise do modo de intervenção, o "esgotamento do modelo protecionista de substituição de importações, que foi bem

sucedido nos anos de 1930, 1940, 1950, mas que deixou de sê-lo há muito tempo" (Pereira, 1991: 1). Finalmente, por crise do aparelho do Estado, objeto de sua principal preocupação, o ministro entende a ocorrência do clientelismo, da profissionalização insuficiente e que, a partir da Constituição de 88, sofreria de mal oposto: "do enrijecimento burocrático extremo".

Por fim, o Ministro refere-se a uma quarta crise, que, no seu entender, já estaria superada - a política, do regime autoritário, do pacto burocrático capitalista - com a ascensão da social-democracia ao poder.

Como premissas para as propostas de reforma do aparelho administrativo do Estado, propõe o Ministro que o Estado moderno, social-democrata, se constitua de duas esferas fundamentais: "um núcleo burocrático voltado para consecução das funções exclusivas do Estado (polícia, imposto de renda, exército, etc) e um setor de serviços sociais e de obras de infra-estrutura" (**Pereira, 1995: 7**).

Comparando esses núcleos, estabelece diferenças quanto à sua natureza: no núcleo burocrático, o essencial seria a segurança das decisões tomadas; no setor de serviços, a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos. Para ele, no núcleo burocrático, o princípio administrativo fundamental seria o da efetividade, o da capacidade de ver obedecidas e implementadas as decisões tomadas; no setor de serviços, o princípio correspondente seria o da eficiência, ou seja de uma relação ótima entre qualidade e custo dos serviços colocados à disposição do público (**Pereira, 1995: 7**).

Estas distinções conduzem ao significado último da reforma do aparelho do Estado:

(1) tornar a administração pública mais flexível e eficiente; (2) reduzir seu custo; (3) garantir ao serviço público, particularmente aos serviços sociais do Estado, me-

lhor qualidade; e (4) levar o servidor público a ser mais valorizado pela sociedade ao mesmo tempo que ele valorize mais seu próprio trabalho, executando-o com mais motivação (**Pereira, 1995: 8**).

A primeira grande meta da reforma do aparelho do Estado é, para o ministro, a sua flexibilização. Em segundo lugar, no plano social, é sua radical descentralização (**Pereira, 1995: 8**).

A eficiência, agilidade, etc., dos serviços do Estado deveriam ser semelhantes às do setor privado. Para isso procura apresentar uma forma de administração "mais flexível do que a adotada no núcleo burocrático da administração direta" e encontra-a, principalmente, no projeto das "organizações sociais" (**Pereira, 1995: 8**).

O grande obstáculo seria a rigidez burocrática imposta pela Constituição de 88. Daí, a necessidade de sua urgente reforma para maior flexibilização da administração (maior eficiência e qualidade) e mudança do sistema de previdência do funcionalismo (menor custo e maior isonomia com o setor privado).

Como se atingirá o objetivo de maior flexibilidade?

...(1) permitindo a existência de mais de um regime jurídico dentro do Estado; (2) mantendo o regime jurídico estatutário apenas para os funcionários que exercem funções no núcleo burocrático do Estado; (3) conservando a estabilidade rígida, prevista na atual constituição, segundo a qual só pode ser dispensado o servidor que houver cometido falta grave, para as carreiras para cujo exercício o funcionário necessita de proteção da estabilidade, dadas as ameaças que pode sofrer; (4) prevendo a dispensa por dois motivos adicionais - insuficiência de desempenho e excesso de quadros - para os demais funcionários, garantindo-se, porém, a adoção de critérios objetivos

para as decisões e o recebimento de uma indenização para o funcionário dispensado nessas condições; (5) permitindo, alternativamente, a colocação do funcionário excedente em disponibilidade com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço; (6) (...) (**Pereira, 1995: 9**).

Para atingir suas metas o ministro não descuida do discurso ideológico e moralista:

Estas mudanças não se fazem apenas para atender o interesse público e o da cidadania, mas em benefício do funcionário. Todo servidor competente e trabalhador, que valoriza seu próprio trabalho, será beneficiado. Saberá que está realizando uma tarefa necessária. E, ao mesmo tempo, readquirirá o respeito da sociedade - um respeito que foi perdido quando uma minoria de funcionários desinteressados estabeleceu padrões de ineficiência e mau atendimento para todo o funcionalismo (**Pereira, 1995: 9**).

Da mesma forma, propõe uma série de medidas para tornar a previdência dos funcionários menos onerosa e mais semelhante à vigente no setor privado (**Pereira, 1995: 11-12**).

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS SERÃO ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS NÃO-ESTATAIS, MAIS ESPECIFICAMENTE FUNDAÇÕES DE DIREITO PRIVADO

Para conduzir às chamadas "organizações sociais", à dita "publicização" dos serviços públicos, dois projetos são considerados essenciais:

...descentralização dos serviços sociais do Estado, de um lado para os Estados e Municípios, de outro, do aparelho do Estado propriamente dito para o setor público não estatal. Esta última reforma se dará através da dramática concessão de autonomia financeira e administrativa às entidades de serviço do Estado, particularmente de ser-

viço social, como as universidades, as escolas técnicas, os hospitais, os museus, os centros de pesquisa, e o próprio sistema de previdência. Para isso, a idéia é de criar a possibilidade dessas entidades serem transformadas em "organizações sociais" .

Organizações sociais serão organizações públicas não-estatais - mais especificamente fundações de direito privado - que têm autorização legislativa para celebrar contrato de gestão com o poder executivo, e, assim, poder, através do órgão do executivo correspondente, fazer parte do orçamento público federal, estadual ou municipal (**Pereira, 1995: 13; grifos nossos**).

Ao programa deu o ministro o nome de "Programa de Publicização", isto é, a transformação de entidades estatais de serviço no que chama de "entidades públicas não-estatais". Para ele, isto permitiria a essas instituições ampla autonomia na gestão de suas receitas e despesas, pois continuariam a contar com a garantia básica do Estado que lhes cederia, por mútuo acordo, seus bens e seus funcionários estatutários. Agora, porém, se trata de entidades de direito privado, que escapam "às normas e regulamentos do aparelho estatal, e particularmente de seu núcleo burocrático...." (**Pereira, 1995: 13**).

Mesmo contrariando seus aliados, Bresser afirma:

Neste processo o importante é evitar a privatização e a feudalização das organizações sociais, ou seja, a apropriação destas por grupos de indivíduos que as usam como se fossem privadas. Com esse objetivo, uma série de cautelas legais e administrativas serão adotadas, tomando-se, entretanto, o cuidado de limitar os controles por processo, já que o essencial será, tanto da parte do próprio Estado, quanto da sociedade, o controle por resultados das organizações sociais (Pereira, 1995: 13).

Através da Proposta de Emen-

da Constitucional - PEC No.173/95, trata o Ministro de garantir o substrato legal para a reforma pretendida.

Em relação a esses últimos alertas do Ministro, cabe considerar o que diz Inocêncio M. Coelho , a quem a transferência das atividades hoje desenvolvidas pelas instituições de Ensino Superior Federais (IFES) para as organizações sociais (entidades públicas não estatais, ou fundações de direito privado) "configura, em verdade, uma privatização do ensino público atualmente ministrado pela União" (**1996:1**). Chama atenção o jurista para as dificuldades que haveria em operar-se essa transferência, porque, além de significar verdadeira privatização, existe o "agravante de que essa medida sinaliza para uma posterior e imediata implantação do ensino pago..." (**1996:1**). Afirma ainda Inocêncio M. Coelho que, do ponto de vista jurídico, o que impediria esta transformação é o texto constitucional - especialmente os artigos 39 e 206, incisos IV e V - que asseguram a gratuidade do ensino público e o regime jurídico único, de natureza estatutária, para professores e corpo técnico e administrativo dessas Universidades. Sugere que primeiro se aprove nova redação desses artigos da constituição, conforme já prevê a Proposta de Emenda Constitucional No. 173/95, pois, somente isto viabilizaria a adoção do modelo das organizações sociais para o setor educacional: "Trata-se, então, de *conditio sine qua non* para levar adiante, digamos, a privatização do ensino superior" (**1996:1**).

O capítulo do Ensino Superior do projeto de LDB, aprovado no Senado e que tramita na Câmara em regime de urgência, e que, segundo o Prof. Giannotti, foi elaborado pela Professora Eunice Durham, traduz, em praticamente todos os seus artigos, não só as diretrizes da proposta do Min. Bresser, mas atualiza, para o caso brasileiro,

as recomendações do último relatório do Banco Mundial sobre a Educação Superior , que visa fundamentalmente garantir a diferenciação institucional do ensino superior. Basta lermos no seu todo o capítulo do Ensino Superior do projeto de LDB, para encontrarmos ali presentes todos os elementos que deverão provocar a mais completa diferenciação institucional, diferenciação de estatutos, diferenciação de carreiras, salarial, etc, que passa pela quebra da isonomia, da unidade do sistema federal de educação superior. Este capítulo também prevê e facilita o que o Banco Mundial estabelece como diversificação de fontes de recursos: as universidades continuarão a receber verbas públicas, mas deverão, por sua própria conta e risco, obter, segundo o Banco Mundial, em torno de 30% de seus recursos. No Chile, se tem notícia, que a Universidade Nacional arrecada algo próximo de 70% de seu orçamento junto à iniciativa privada... Em resumo, o capítulo do Ensino Superior do projeto de LDB em votação é formado por um conjunto de artigos, todos eles afinados com a proposta de reforma do Estado do Min. Bresser e seguindo o padrão proposto pelo Banco Mundial.

Como entender esta reforma neste momento?

Deveremos entendê-la no contexto da passagem do fordismo para esta nova forma de acumulação chamada de flexível, vulgarmente chamada de neoliberalismo, e à luz de uma certa epistemologia social bem abordada por POPKEWITZ e HARWEY (op. cit.). Segundo eles, devemos focalizar o sistema educacional como um instrumento-chave na formação das consciências, na formação do conhecimento, na interpretação da realidade social. Somente assim, vendo a educação e suas reformas neste contexto de mudanças na economia e em seu substrato ideo-

lógico, é que iremos entender por que os neoliberais passaram a demonstrar tanto interesse pelas questões universitárias, educacionais, ideológicas. Por que combatem toda a organização coletiva e exacerbam o individualismo. Por que promovem a desmoralização dos sindicatos e organizações sindicais em todo o mundo. Numa palavra, deveremos entender estas reformas num contexto que vá para além da questão meramente econômica, isto é, no contexto também de formação de uma epistemologia social nova que tenta reformar o modo de compreensão da realidade, ao mesmo tempo em que se transforma a realidade econômico-financeira, como ocorre no momento presente.



DIREITOS E PRIVILÉGIOS NA TERRA DOS TUCANOS

Pedro Marcos Linardi
Professor aposentado do Departamento de Parasitologia - ICB/UFMG

A globalização da economia, introduzida no governo FHC, estimula a competição pela produção. Nela, fortes e fracos são nivelados, com sérios prejuízos às microempresas, pequenos produtores e outros segmentos privados da Sociedade, à mercê das altas taxas de juros. Independentemente de suas potencialidades, capacidade de sobrevivência e atributos zoológicos, o tubarão deve ser comparado ao camarão e o tigre, à pulga.

No Serviço Público, embora constituído por funcionários civis e militares em diferentes Poderes, a versão neoliberal da globalização vem sendo direcionada apenas ao Executivo Civil, através do MARE (Ministério da Adminis-

tração Federal e Reforma do Estado). Sob o pretexto de se formar um Estado eficiente e moderno, os juizes, diplomatas, fiscais do orçamento, militares e policiais federais estão sendo, artificiosamente, renomeados como "servidores típicos de funções do Estado", em oposição às categorias remanescentes, penalizadas com a Reforma e sujeitas a tratamento indigno onde, não raro, têm recebido certas qualificações pejorativas de "incompetentes", "ociosos", "marajás" e "privilegiados". Paradoxalmente ao princípio fundamental da globalização, torna-se necessário sacrificar a pulga e assassinar o camarão, a fim de se garantir a saúde financeira do tigre e o bem-estar do tubarão. Assim é que vários direitos, adquiridos ao longo dos anos, vêm sendo subtraídos e sumariamente pulverizados, essencialmente através de sucessivas Medidas Provisórias: suspensão da isonomia salarial e de venda parcial de férias, postergação dos salários, descumprimento de precatórios, inadimplemento de data-base e de reajustes anuais para a categoria (há quase dois anos), fim da aposentadoria proporcional, perda da estabilidade e dos 20% de gratificação pós-aposentadoria, fim da aposentadoria especial para professores universitários, etc.

Por ser uma classe mais dispersa e, ao mesmo tempo, representar ônus, sobrecarga ou ser produto descartável desta globalização, o neoliberalismo passa agora a golpear mais profundamente o servidor aposentado. Com o propósito de se obter o respaldo da Sociedade, os ministros fomentam comparações entre o servidor público e o empregado da empresa privada, confrontando-se o valor de remuneração de ambas as aposentadorias e generalizando as poucas exceções de aposentados com idade inferior a 40 anos, ou com

complementação salarial excessiva.

Recentemente, o governo neoliberal introduziu uma contribuição previdenciária pós-aposentadoria de 12%, tributada apenas ao servidor do Executivo Civil. Como os verdadeiros "marajás" do Serviço Público não se incluem nesta categoria, mais uma vez comprova-se o temor e respeito ao tigre e uma valentia para com a pulga! Aos tucanos, porventura, não teriam os homens nascido livres e iguais em dignidade e direitos, sendo desprovidos de razão para agirem com espírito de fraternidade (antítese do Art. I da Declaração Universal dos Direitos do Homem)? Ou seriam tais funcionários os "excluídos", da Campanha da Fraternidade?

O valor da remuneração da aposentadoria, os gastos com a folha de inativos e o respectivo impacto sobre o Tesouro Nacional são fatos crescentes, mas que carecem de melhores explicações. Ainda que contribuindo previdenciariamente, durante todo o tempo de serviço, sobre o total de seus vencimentos, uma alíquota de 9% estaria razoável e a de 12% mais do que adequada para a sua aposentadoria com vencimentos integrais, segundo estudos de Newton Cézar Conde, diretor da Atual Assessoria e Consultoria Atuarial (Folha de S. Paulo, 01/09/96). Assim, um servidor com salário de R$2.000, após 35 anos de serviço, formaria um capital de R$329,66 mil (incluindo-se a contribuição mensal de R$240 acrescida de juros de 6% ao ano). Tal "fundo", continuando a crescer 6% ao ano, seria mais do que suficiente para lhe garantir o mesmo salário por mais 27 anos e 10 meses, ou seja, por um tempo que excede a própria expectativa de vida!

Os principais fatos e reais impactos que oneram e continuam sobrecarregando o Tesouro Nacional deveriam, portanto, ser mais

científica e transparentemente bem estudados. Talvez pudessem ser creditados a outras causas, como por exemplo, as inúmeras fraudes no Sistema Previdenciário e o desvio de recursos para outras finalidades, ao longo dos anos, aliados ao mau gerenciamento de administradores incompetentes ou *experts* na proposição de políticas voltadas para interesses escusos. Corolário e reforçador desta hipótese estaria o "estatuto da impunidade e do não ressarcimento de rombos", guarda-chuva protetor desses iluminados da capatazia!

No seu discurso, o governo insiste em cortar "privilégios" dos servidores públicos. Direitos não são privilégios. Direito é aquilo que é reto e justo perante a lei; quando adquirido, constituiu-se de modo definitivo e se incorporou irreversivelmente ao patrimônio de seu titular. Privilégios são vantagens que se concedem a alguém, com a exclusão de outrem e contra o direito comum. A pulga, por ser um ectoparasito hematófago, tem como direito o repasto sangüíneo sobre o tigre. Para tanto, ela tem a habilidade, a agilidade e a capacidade para exercer tal ato de forma adequada, harmônica e equilibrada, a fim de que sobreviva frente às adversidades. Excedendo-se na ação (privilégios), o tigre reagirá e exercerá os seus direitos, eliminando-a.

Da mesma forma, o leitor estará apto para julgamentos: de um lado, tempo de serviço (anuênios), exercícios de cargos de direção (eletivos ou indicados pelos respectivos pares), proficiência e capacitação (cursos de especialização, mestrado e doutorado), entrada no serviço e ascensão na carreira (concursos públicos), regime de trabalho (dedicação exclusiva, com abdicação de outras ofertas, de outro, certas prerrogativas como as que recebem os bancos à beira de falências, os

gastos excessivos de certos partidos em campanhas eleitorais ou com publicidade para influenciarem reeleições, os fisiologismos para desativarem possíveis CPIs de instituições financeiras fraudulentas, a indicação de parentes para cargos públicos (p. ex., uma filha admitida sem concurso), as comitivas governamentais faraônicas por este mundo afora, as pensões vitalícias para filhas casadas de militares, as aposentadorias integrais de políticos advindas de breve exercício pelos cargos (p. ex., um prefeito durante uma semana), etc. Algumas categorias incluídas entre as "típicas de Estado", até há pouco tempo, nem sequer pagavam imposto de renda (sic)!

DIREITOS NÃO SÃO PRIVILÉGIOS. DIREITO É AQUILO QUE É RETO E JUSTO PERANTE A LEI

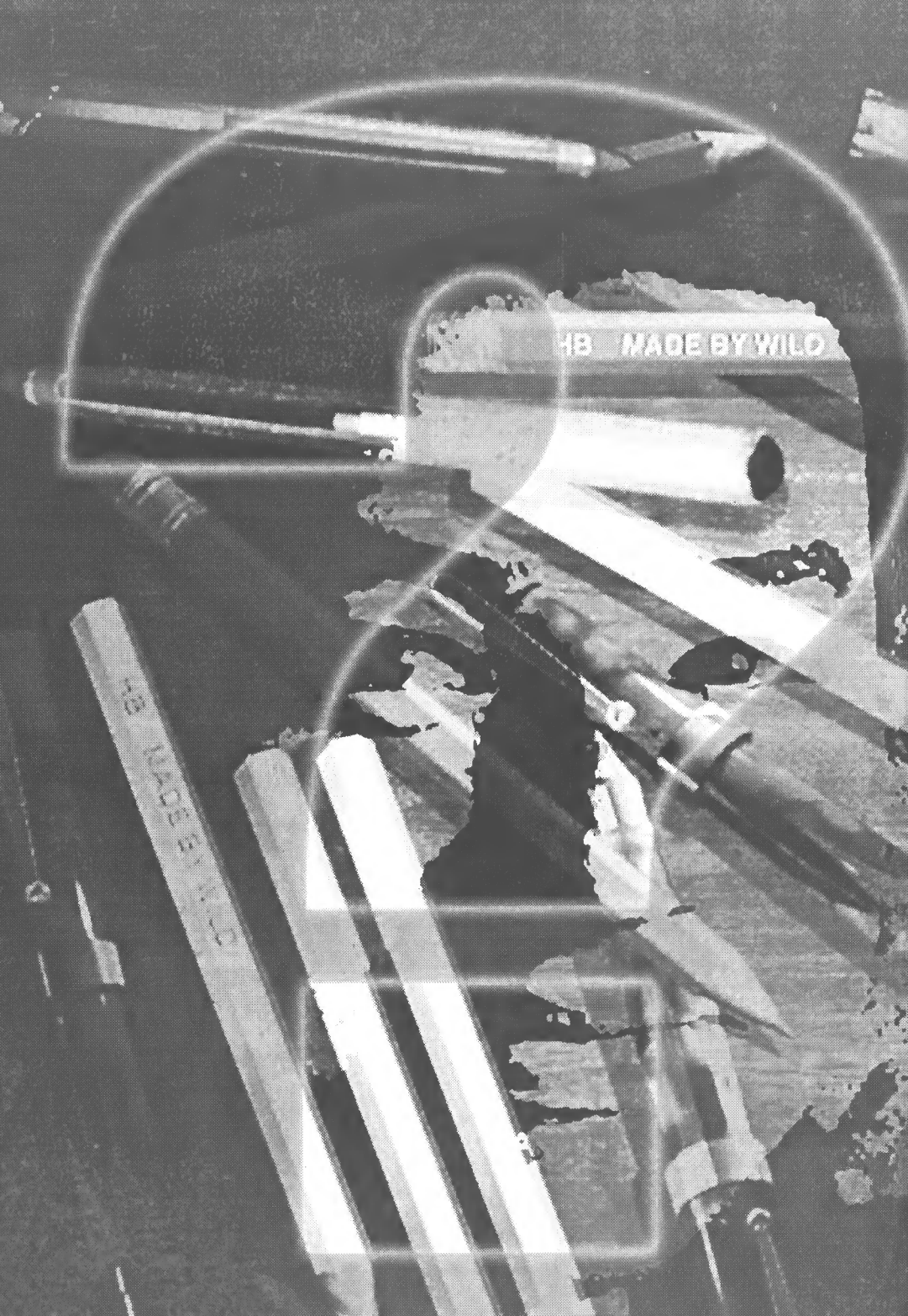
A propaganda recentemente vinculada pelo governo no rádio e na TV, acerca da reforma previdenciária, continha uma mensagem serena e confiante: "trabalhador, o governo está realizando a reforma da Previdência (...) Você que já está aposentado não precisa recear: **seus direitos estão assegurados**"!!! O tigre, quando revestido de pele de cordeiro inocente e dócil, torna-se animal perigoso e carniceiro. Assim é o tigre neoliberal: sua capacidade de mimetismo esconde o aspecto horrendo de predador de vítimas indefesas; o seu discurso, próprio das aves de longo bico.

Após a restauração do regime democrático supunha-se que o constitucional fosse prevalecer sobre o institucional. No tempo, "Atos Institucionais" e "Medidas Provisórias" distanciam-se em 30 anos, caracterizados como o con-

junto de normas, estatutos e regulamentos baixados pelo governo. Se ambos golpeassem profundamente a Constituição, onde estaria a diferença? Pergunte aos tucanos! Com todos os conflitos e autoritarismos do período revolucionário, ainda assim e naquele tempo, os camarões nadavam em MAREs menos turbulentos e em oceanos mais pacíficos! Com tanto dinheiro sobrando por aí de modo a garantir privilégios aos tubarões, por que tanta austeridade apenas contra os direitos da pulga? Louvado seja o Tigre!... Palavras do Senhor, através do bico de um Tucano!

PS: A nossa resposta, a dos docentes comprometidos com uma universidade e uma sociedade mais justas e solidárias, à mesma pergunta, poderia ser emitida eletronicamente nas **urnas de outubro**. Ou já foi revogado o direito de piar desses outros pássaros assustados em que estamos todos nos tornando? Ave votos!

Pedro Marcos Linardi é autor do livro Fábulas e Trocadilhos Ecológicos (Armazém de Idéias)


HB MADE BY WILD

UNIVERSIDADE PARA QUE E PARA QUEM?

Edmundo Fernandes Dias
Professor do Departamento de Sociologia da UNICAMP

É importante chamar as coisas pelo seu próprio nome, sem escamoteação. Assim, ao analisar o momento atual da nossa sociedade e da nossa universidade, deixarei falar em neoliberalismo... para tratá-lo pelo seu nome real: capitalismo. Quando falamos em neoliberalismo, o discurso aparece como menos radical. Afirmar que temos que combater o capitalismo realmente aparece como mais perigoso. Afinal podemos caracterizar o neoliberalismo como imediatamente danoso à sociedade; podemos dizer que é um momento da história, mas se falamos capitalismo, as coisas ganham sua real dimensão. Não se pode ser anti-neoliberal e capitalista a um só tempo, dado que são uma única e mesma coisa. Um momento particular, porém,

um mesmo processo. Isto não é, contudo, percebido na sua radicalidade pelos movimentos docente, sindical e popular. As hesitações da CUT são exemplares. Temos, portanto, que discutir a universidade nos quadros do capitalismo atual e ver se ela serve para algo e para quem. Isto é fundamental.

A segunda questão que desejo colocar refere-se ao fato de que, ao vivermos em uma sociedade capitalista, vivemos sob relações sociais mercantis, sob o domínio do fetichismo. Relembremos a análise clássica de Marx sobre o fetichismo: as "aparências" revelam que todo ato de troca é uma brutal troca desigual. Esses não-equivalentes "aparecem" como equivalentes, legitimando assim a dominação. Por trás de uma ingênua compra de livros oculta-se a forma pela qual se dá a dominação e se constrói a permanência desse processo. O fato de que eu seja um cidadão formalmente livre, um usuário, como quer o pensamento liberal, escamoteia a forma de organização e apropriação do trabalho realizado. Com um agravante: essa "aparência" não é ingênua; ela constitui o real.

Esta consideração é importante para localizar nosso problema. Fala-se, hoje, mais do que nunca, em modernidade, da sua necessidade para vencer o atraso. De fato, a ambigüidade deste debate é imensa. Trata-se, no máximo, de uma modernização, o que é radicalmente diferente da modernidade. A modernização é um segredo de Polichinelo é a atualização histórica do projeto vigente. A modernidade refere-se à instauração de uma nova forma social. Assim, o capitalismo já foi modernidade; hoje, necessita modernizar-se. O capitalismo e todas as suas instituições, a Universidade entre elas.

Todas as relações em nossa sociedade são fetichizadas. Pode-se, no entanto, ultrapassar esse patamar. Este é um dos trabalhos prio-

ritários do pensamento crítico. O processo de fetichização pode ser visto pela própria maneira com que se define a forma, em educação para a cidadania. Mas qual cidadania? A questão, tal como colocada no e pelo pensamento liberal dominante, refere-se a uma igualdade formal perante a lei. Sabemos que apesar das limitações, essa cidadania formal é importante. Mas é preciso ir além e buscar possibilidades de ampliá-la ao máximo. A cidadania é vista como regra do jogo (Norberto Bobbio) e, portanto, como ação procedimental. Lélio Basso, no entanto, afirma um dos seus limites: para que ela exista como tal, é necessário que haja acordo com a tábua de valores básica. E o próprio Bobbio afirma o outro limite : ela funciona às mil maravilhas quando há esse acordo. Ela é uma nau boa para a navegação de cabotagem da "terra dos acordos aceitos" mas, se o acordo não existe, ela se desfará no oceano aberto das grandes disputas ideológicas, das opções axiológicas.

É nesse universo fetichizado que temos uma universidade... fetichizada! E com uma cidadania e um projeto absolutamente liberais. É necessário fazer um esclarecimento que pode ser inteiramente óbvio: liberal assumiu na linguagem corrente significados múltiplos. Aqui estamos trabalhando com o liberalismo no seu sentido clássico que nada tem a ver, em tese, com algo desejável e/ou tolerante. Estamos falando de uma Universidade na qual o espaço dos grandes debates tende a ser reduzido e onde, por exemplo, democratização é vista, no máximo, como processo de escolha dos dirigentes e nada mais. Isso nem sempre foi assim: ao longo do tempo houve momentos em que a Universidade tendeu a aparecer como espaço público, plural, como espaço crítico.

Hoje vivenciamos uma brutal tentativa - tanto governamental,

quanto por parte dos setores dominantes da própria universidade de reduzi-la a uma instituição quieta e adequada àqueles projetos dominantes. Na realidade quer-se uma Universidade da Ordem. Trata-se de um embate de projetos. Como no romance policial há que perguntar-se: Universidade para quem? Com quem? Com que projeto? Dependendo da nossa resposta, poderemos afirmar mesmo que a Universidade é funcional e competente. Apesar das restrições orçamentárias, do arrocho salarial, da inexistência (na imensa maioria dos casos) de condições de investigação, é ainda neste espaço que se realizam as pesquisas no Brasil. Outro seria o diagnóstico se pensarmos a Universidade como espaço público real, onde os projetos diversos disputem sua existência.

Para a imensa maioria da população esta Universidade não quer dizer nada. No entanto, ela é competente para os dominantes, apesar das repetidas campanhas contra ela. Campanhas que, no fundamental, se encaminham no sentido de combater o que ainda existe nela de projeto público plural. Os projetos governamentais são criados sobre isto. Para poucos, a Universidade dos países capitalistas; para a maioria, quando muito, a escola-retransmissora. No grau de dependência em que se encontra a economia brasileira - hoje metaforicamente chamada globalizada - não é necessário o desenvolvimento daqueles projetos que eram importantes, por exemplo, em um desenvolvimento capitalista autônomo. Quanto mais pensar em projetos democrático-populares dentro da visão dominante! A idéia dos centros de excelência (para alguns poucos) dentro das mais importantes Universidades é compatível com a idéia da produção mundialmente integrada. Do carro mundial ao computador feito em diversos países e montados, aqui ou ali, se

exige apenas a integração dos capitais e a fragmentação dos trabalhadores. A "nova" ordem mundial não supõe, antes pelo contrário, combater a Universidade como espaço público real.

Isto poderia parecer um discurso esquerdista, mas não é. Basta ler as recomendações do Banco Mundial. Ensino prioritário é o básico. A Universidade deve ser privada, o Estado deve voltar-se para garantir as tarefas "mínimas", ou seja, a viabilização do mercado. Na leitura dos textos do Bresser, do Paulo Renato, veremos que não passam de cópias mal feitas dos textos do Banco Mundial. E isso não ocorre apenas no Brasil. Mas, também, no México, na Argentina, no Chile, no Uruguai, etc.

TEMOS QUE DISCUTIR A UNIVERSIDADE NOS QUADROS DO CAPITALISMO ATUAL E VER SE ELA SERVE PARA ALGO E PARA QUEM

Se temos o espaço público, teremos a possibilidade de construir discursos e práticas públicas e de classe, no sentido da construção de uma nova forma social. Coloca-se para nós, então, um desafio importante. Um espaço público responde por seus atos, gastos, feitos e não feitos, ao público que o constitui. Mas a quem prestar contas: ao governo? Ao parlamento? Ao tribunal de contas? Quem é o público? No Brasil, mesmo pessoas ditas progressistas defende(ra)m a tese de que devemos prestar contas ao Parlamento como representação da nação. Só que fica difícil, no Brasil, acreditar que realmente os congressistas representem o público. Teremos que, efetivamente, construir um interlocutor social e politicamente válido. E hoje, creio, que este interlocutor, ainda com todos os problemas de que se reveste, é o movimento social organizado.

Hoje a Universidade está em franco processo de privatização. Tudo o que se faz está regido pela ótica do mercado. Mas é bom lembrar que o mercado passa necessariamente pelo estatal. Sem Estado forte não há mercado poderoso. A tradição brasileira confunde público com estatal ou com mercado. Em ambos os casos a sociedade desaparece. Ou porque o Estado atua como potenciador dos interesses das classes dominantes (internacional/nacional) e viabiliza plenamente o chamado mercado (visto como espaço de luta entre empresários capazes); ou porque o mercado, visto como mão invisível reguladora da racionalização única, aparece como sendo a máxima expressão do público. Em qualquer uma dessas acepções, o conjunto da sociedade aparece como massa amorfa e sem interesses diferenciados. Como espaço a ser civilizado pelo Estado-mercado.

Fora as bolsas para Mestrado e Doutorado, não existe financiamento para projetos de saúde coletiva, de educação popular, de habilitação, etc., falar ou pensar em um sistema de pesquisa que atue com sindicatos e movimentos sociais, da mesma maneira com que se faz com as empresas monopólicas e/ou oligopólicas, estatais ou privada, é uma heresia impensável. A presença da Universidade, a partir dos estímulos das empresas privadas, é apenas uma forma a mais de privilegiar os já necessariamente privilegiados. É uma confirmação a mais da famosa parábola dos talentos: "a quem tem, mais lhes será dado; a quem não tem, ainda esse pouco lhe será tirado".

O movimento docente conseguiu, durante a década de 80, impedir a maior parte dos projetos governamentais contra a Universidade: a transformação de todas as Universidades em fundações, a realização do GERES e da GRIPE, denunciou-se os subsídios para as

particulares, etc. O terreno da privatização da Universidade é fortemente tendencial. No seu próprio interior se realiza, desde muito tempo, uma articulação com o mundo empresarial. O surgimento de projetos tipo Universidade-empresa é constante. O governo apresa essa mutação degenerativa usando expedientes simples: corte de verbas e arrocho salarial, além de mecanismos os mais diversos. Nada disso é ingênuo, mas perdoe-se o trocadilho é... de gênio.

Trata-se obviamente de repensar a Universidade como espaço público. Nossa dificuldade parece ser exatamente esta. A partir daí devemos definir nossa intervenção. Construir o espaço de trabalho com e na sociedade. Definir projetos de pesquisas, de ensino, de extensão solidários com o público. Realizar propostas de intervenção pedagógica que resgate o público não como usuário, mas como partícipe desse processo.



A ESCALADA DA VIOLÊNCIA E A CONJUNTURA POLÍTICA BRASILEIRA ATUAL

Délcio Vieira Salomon
Professor aposentado do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMG

1 - Propõe-se aqui uma reflexão sobre o problema social da violência, a partir de sua relação com o complexo de variáveis genericamente denominado conjuntura política.

De início estabelecer-se-ão algumas premissas.

A primeira é de natureza lógica ou metodológica, para não dizer filosófica. Objetivar-se-á uma análise sociológica não positivista, nem reducionista, colocando-se como ponto de partida o princípio dialético da reciprocidade entre os fenômenos sociais. Segundo este princípio, tudo se relaciona, ou seja, nada acontece isoladamente. Cabe ao analista localizar onde, quando, como e por que acontecimentos, de uma mesma estrutura se relacionam. A violência há

de ser pensada como fato social e em sua totalidade, como já preconizava L.Goldmann, pois ela é ao mesmo tempo fator histórico, econômico e social. Da mesma maneira, a conjuntura política não pode ser cogitada fora da conjuntura econômica e social. Entretanto, é preciso reconhecer que a conjuntura política não está para a escalada da violência de nossos dias como causa para seu efeito. Aceitar os princípios dialéticos, notadamente o da reciprocidade, é rejeitar o determinismo mecanicista para a explicação científica. Por outro lado, a relação entre estes dois blocos de variáveis não pode ser atribuída a mera casualidade. Como se verá, a violência, sobretudo a urbana, torna-se exacerbada, quando a conjuntura fornece o campo fértil para seu afloramento. Geralmente este campo fértil é identificado como crise estrutural do sistema político e econômico vigente, podendo, no entanto, ter suas raízes em passado remoto e recente. Às vezes a crise é latente, porém, manifestas são a corrupção impune e a injustiça social que acabam por perverter todo o sistema.

A segunda premissa é que a sociedade brasileira, tanto quanto a conjuntura política, estão baseadas sobre uma economia capitalista oligopólica, para muitos considerada selvagem, onde o traço mais característico é a excessiva concentração de renda nas mãos de uma minoria.

Terceira: o Estado brasileiro está organizado para servir aos interesses da classe dominante e para manter e perpetuar a ordem social existente.

Quarta: as contradições do capitalismo brasileiro exigem que as classes subordinadas permaneçam oprimidas, especialmente através da coerção e da violência do sistema legal.

Quinta: o controle do crime na sociedade capitalista é cumprido através de uma variedade de instituições e agências, estabelecidas e

administradas por uma elite governamental, representando os interesses da classe dominante.

Para se entender a existência da violência e sua aceleração nos últimos tempos, há que se aceitar, em última instância, a constatação histórica de que o direito criminal é usado pelo Estado e pela classe dominante para assegurar a sobrevivência do sistema capitalista.

Na década de 80, Richard Quinney, referindo-se aos EUA foi enfático ao escrever: "**como o sistema capitalista é, posteriormente, ameaçado por suas próprias contradições, o direito criminal é, crescentemente, usado na tentativa de manter a ordem doméstica. A classe inferior, a classe que deve permanecer oprimida para o triunfo da classe econômica dominante, continuará a ser o objeto do direito criminal, enquanto a classe dominante procurar perpetuar a si mesma. Remover a opressão, eliminar a necessidade de uma revolta posterior, significaria, necessariamente, o fim da classe dominante e de sua economia capitalista. O direito criminal existe para assegurar o status colonial do oprimido, na ordem econômica e social dos EUA. (...).**" [1]

No dia 15 de março de 1980, o então deputado pelo PMDB - Marcello Cerqueira - em discurso na Câmara dos Deputados declarou: "**A violência hoje está na imprensa, nas ruas. Fenômeno novo é o que nos informam. Informação de neófitos. Porque ela sempre esteve entre nós. Nova é a ênfase que se dá ao tema antigo, secular como a nossa História. É a ênfase nova que, afinal cumpre entender (...) A surpresa é tão grande que o Governo houve por bem contratar, à margem da comunidade acadêmica, um grupo de soi disant sociólogos, capitaneados pelo notório Sr. José Arthur Rios, para oferecer diagnóstico e propor soluções sobre a**

nova endemia. (...) A conclusão sociológica resultante é brilhante: os pobres são pobres. Devem ser tratados paternalmente. Serem adestrados para delatarem-se uns aos outros. (...) Cumpre alertar a Nação sobre um fundamental aspecto político da questão: há clara manipulação, por parte da direita, deste fenômeno, visando a desviar as classes médias de seus objetivos históricos e de seus interesses sociais, na intenção de opô-las às massas populares, de onde efetivamente surgem essas manifestações da criminalidade, numa tática conhecida, utilizada que foi, nos anos 20, na Alemanha pelos nazistas (...) Não obstante, desgraçadamente, a violência sempre esteve entre nós. Seu nome econômico é acumulação primitiva. Seu nome social é humilhação. Seu nome político é excludência. As massas populares secularmente as têm conhecido. E é violência institucionalizada. Sempre contra os pobres. No passado, em particular, contra o negro e contra o índio." [2]

Isto foi dito em 1980 e vemos como, "*servata servanda*", são atuais suas palavras: mesmo em pleno regime já consolidado de redemocratização do País, tendo no mais alto posto de seu governo um presidente que antes de ser político foi sociólogo e "marxista"(?) [3], com mais de dezena de obras publicadas e autoridade científica reconhecida internacionalmente. O que evidentemente nos escancara a realidade que estamos perseguindo nesta nossa reflexão: a relação se dá entre violência e conjuntura política e não apenas entre violência e governo, embora este não possa eximir-se da acusação de ser o maior culpado. A razão é evidente: o presidente é o principal responsável pela condução da "*res publica*". Tem a obrigação constitucional de combater a violência e evi-

tar que ela surja. É o guardião da Constituição que jurou defender e respeitar. O valor mais importante por esta salvaguardado é a Vida. Ademais o governo sintetiza a esperança e a confiança de que a ordem jurídica será mantida. Como zelador do bem público e das liberdades individuais cabe a ele a prevenção contra todos os atentados a estas e àquele.

É sabido que a conjuntura de hoje é o subproduto nefasto da conjuntura criada durante os vinte e um anos de ditadura militar que resultou de um golpe forjado para manter a classe dominante, então ameaçada pelas chamadas "reformas de base".

FHC TRAIU SEUS ELEITORES AO SE ALIAR COM AS FORÇAS MAIS RETRÓGRADAS E RESPONSÁVEIS PELA SUSTENTAÇÃO DO REGIME MILITAR

2 - Com o objetivo de ser didático e breve, sejam apontados apenas alguns traços característicos da conjuntura política brasileira atual.

Concretamente, quando se pensa em conjuntura política, a primeira manifestação que chama a atenção é a composição do Congresso. E o que constatamos ? Trata-se de um corpo de representantes da sociedade com composição claramente conservadora em sua expressiva maioria. Como tal, sem sintonia alguma com os anseios populares. Desde a eleição do presidente FHC e do atual Congresso Nacional está-se presenciando que a tarefa dominante, diria até única e exclusiva, de governo e desta maioria de congressistas, tem sido a de levar a cabo o projeto de reformas da Constituição. O projeto apresentado pelo PSDB na campanha que permitiu a vitória de FHC nas últimas eleições presidenciais não era neoliberal, mas em poucos

meses acabou sendo. Hoje é possível afirmar que FHC traiu seus eleitores, pois está deixando de cumprir o compromisso assumido, por causa da aliança com as forças mais retrógradas e responsáveis politicamente pela sustentação do regime militar de 64 a 85. E dizer que esta aliança visava apenas à vitória nas eleições... Aliás, o próprio candidato o dissera.

Desde a ascensão de Collor ao poder, diante das denúncias de corrupção dia a dia avolumadas, até seu "*impeachment*", o Brasil entrou numa crise sem precedentes. De certo modo ela permanece até hoje, embora camuflada pelo Plano Real, que a identificou com a superinflação, colocada hipocritamente como o grande Mal da nação, que só será debelado, se houver as reformas constitucionais.

Nesta conjuntura política, surpreende-nos que o movimento de revisão não se defronta com a resistência esperada e que dos dois grandes obstáculos - o da barragem ideológica e o da conjuntura econômica extremamente adversa - somente o segundo tem sido o mais forte.

A barragem ideológica, no que tange à esquerda, tende a ser, na visão do presidente, contornável, ao apelar para seu passado, embora seja duramente contestado diante das suas alianças com a direita e por causa do conluio com os aparelhos de comunicação social que têm exercido forte controle ideológico sobre as classes médias. Hoje, a esquerda brasileira de um modo geral e a oposição política a FHC consideram-no um neoliberal converso.

Talvez esteja aqui o mais forte traço negativo da nossa atual conjuntura. Ainda que sua denúncia pareça panfletária, é preciso que se aponte: a soma de traição às grandes causas com ambigüidade de projetos e decisões políticas. O comportamento de FHC no governo tem-se caracterizado pelo rom-

pimento do compromisso com o social, apesar de seu discurso e da sua retórica negá-lo diante dos fatos. Nada de expressivo ele fez até agora em termos de reforma agrária, de reformas de base da educação, da saúde e da previdência [4], com vistas ao atendimento das necessidades primeiras do cidadão. Ao contrário, o que se vê é uma preocupação doentia em bajular os poderosos e em servir aos interesses da burguesia e nesta, sobretudo, banqueiros, caloteiros donos da produção rural, sonegadores e especuladores.

O patrimônio da Nação está sendo sucateado ou privatizado para atender à ganância de lucro e em nome de uma indefinida globalização. Por tudo isso verifica-se que um ano e meio do governo FHC tem significado frustração coletiva. E para esta não custa predizer que psicossociologicamente, a resposta se chama agressão, violência. É questão de tempo, o lugar e a forma que o processo vier a tomar no talvegue de possível revolta popular.

Inconcebível a insensibilidade para com os graves problemas do povo por parte de um governo presidido pelo "príncipe dos sociólogos brasileiros". Triste constatar que a vaidade, a ostentação ofuscaram-lhe a percepção social!

O mais grave no comportamento do governo é que ele com habilidade e até com certo cinismo vem minando as manifestações ideológicas, sobretudo através do isolamento dos movimentos sociais, conseguindo como parceiro para tal a própria mídia [5]. Com isso tem neutralizado ou impedido a participação organizada dos movimentos populares que possibilite uma solução para a crise política brasileira, favorável aos interesses populares.

Causa estranheza esta tentativa de FHC de desfigurar e desarticular ou, no mínimo, de desorientar os movimentos organizados de base,

quando ele mesmo sabe e defendeu no passado que é por eles que se há de dar as reformas de que o país necessita. Sobretudo quando se trata de reagir à violência do Estado contra o cidadão. Vale a pena citar aqui artigo seu na Folha de São Paulo de 22/06/80, "Violência e Reação", escrito sob o clima de indignação diante da violência sofrida por um sociólogo colega nosso - hoje professor no Departamento de Sociologia da FAFICH/UFMG. Trata-se de Vinícius Caldeira Brant, na época preso por não portar na rua a carteira profissional. Dizia FHC :

(...) Entre nós, de uns tempos para cá, a imprensa informa a cada dia sobre a violência solta nas ruas. E o que é pior: a violência praticada pelo próprio Estado. O leitor absorve a notícia, mas nada muda na vida cotidiana.

Agora, ao que parece, há sinais novos. A sociedade começa a não digerir anestesiadamente o cotidiano violento. Bom sinal. E generalizado.

(...) É assim. De baixo para cima que se pratica uma democracia que vise a mudar de fato a ordem social injusta.

(...) Até ex-agentes da CIA (...) vêem o que o governo não percebe: pelo método dos Esquadrões da Morte e das "operações-arrastão" a violência se espraia e a taxa de criminalidade aumenta. (...) Não se coíbe o crime comum e a ele se acrescenta o crime oficial.(...) A tal extremo chegou a miopia dos que devem cuidar da ordem pública que agora desemprego (ou suposição de desemprego) é crime. (...) Não escrevo para protestar. O protesto é óbvio e generalizado. Escrevo para reafirmar que a hora do basta está chegando. (...) não dá mais para fingir que a violência vem só do lado dos bandidos da luz vermelha. (...) Assim (...) as comunidades se organizam para

conter a violência do proprietário sem lei, haverá que propor novas formas de organização política, capazes de conter a ação policial dentro da lei. [6]

3 - Dissemos que o segundo obstáculo é a conjuntura econômica extremamente adversa. A ANDES-SN (Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior) em documento de novembro de 1993 já dizia e o vem ainda repetindo:

A ATUAL EUFORIA CAPITALISTA SE BASEIA NA REPRESSÃO SALARIAL E POLÍTICA

"A implementação do golpe neoliberal, para além da destruição das condições de vida e de trabalho da população, acaba, se não for devidamente combatido, por criar condições de inviabilização da existência de uma cidadania real. Temos que lutar contra a proposta da cidadania dos revisionistas que limita a participação do conjunto da sociedade a poder ter, efetivamente, a possibilidade de eleger presidentes, governadores, prefeitos e legisladores, mas dever fazê-lo, sem ter pleno acesso às informações, ao emprego ou mesmo sem condições básicas para alimentar-se. Realmente o que está em questão e que não tem sido resolvido nos marcos do Estado atual é a miséria, o controle ideológico exercido pelos oligopólicos aparelhos de comunicação social, a limitação dos direitos que reduz a universalidade da lei ao campo das sentenças individuais, etc." [7]

Até hoje é geral o estarrecimento com a derrota do socialismo e a autoproclamada vitória do capitalismo, o que equivale a dizer o pseudotriunfo do neoliberalismo. Não nos iludamos. Esta vitória é aparen-

te. Só os ingênuos acreditariam que ela significa o fim da luta de classes e o paraíso social advindo do mercado livre e da competição.

Basta olhar para a imensa maioria dos países capitalistas que estão adotando o neoliberalismo: vive em condições muito aquém de suas promessas. Não está conseguindo resolver as condições alimentares mínimas, muito menos as de saúde e de educação. Até nos EUA a miséria é ampla.

A base da atual euforia capitalista é a repressão, seja salarial, seja política, sobre o mundo do trabalho.

Mesmo tendo sido controlada a inflação e estabilizada a moeda, o preço tem sido alto demais. Pagá-lo não nos parece valer a pena, se perdurar por longo tempo o desemprego, a recessão, as falências e o pior, o aumento da miséria e da violência.

Sociologia e Economia juntas já demonstraram exaustivamente que a contenção dos salários e o avanço do desemprego estão correlacionados, mas no Brasil os reformistas neoliberais com seus tecnocratas não querem enxergar isso. Por quê? Será por causa do compromisso assumido de manter os privilégios da classe dominante, particularmente a ganância do lucro do sistema financeiro? É típico da hipocrisia política usar o mecanismo de defesa descoberto e tão bem analisado por Freud : o da negação. FHC é useiro e vezeiro em atacar os "privilégios" e o "corporativismo" do funcionalismo público, quando na realidade vive defendendo seus próprios privilégios e de seus pares e os corporativismos existentes no Congresso, no mundo financeiro, no setor ruralista e (é de pasmar!) o dos grandes grupos econômicos que se unem para exigir as privatizações das estatais.

O documento da ANDES-SN nos adverte: "o programa de ajuste financeiro do FMI e sua política monetarista reduziram a quase nada os países subalternos. Estra-

nho é que enquanto no Brasil se propõe enfraquecer o papel do Estado, nos EUA é ele fortalecido e amplia-se sua intervenção".

Na América Latina, a situação não é diferente. Apesar da redução da inflação na maioria dos países, os mesmos processos de ajuste econômico levaram 46% da população - mais de 192 milhões de pessoas - ao patamar da pobreza.

Como a ANDES-SN já nos apontou:

"Aqui como nos países do Leste Europeu, a super-exploração do trabalho e a super-opressão política são irmãs siamesas, necessárias para a realização da acumulação capitalista. São essas as bases necessárias para a implantação da política neoliberal. Tudo isso marcado pela modernidade: vale dizer pela implementação da racionalidade do mercado." [9]

Apesar de a mídia não ter dado ênfase, como fez nos períodos Sarney, Collor e Itamar, ao observador atento não escapa a verificação de que o nível de insatisfação, sobretudo da classe média-baixa, tem aumentado gradualmente.

Continua a política de reajuste das tarifas públicas acima da inflação, com cortes drásticos no orçamento público em áreas fundamentais como educação e saúde. Os banqueiros, os latifundiários, os usineiros, os grandes oligopólios do campo são beneficiados, enquanto os "sem terra" continuam ludibriados, quando não agredidos e violentados, mortos ou chacinados com a conivência do Estado.

As taxas de juros elevadas alimentam o crescimento do deficit público. Governo e capital financeiro cada vez mais se fundem e celebram descaradamente seus conluios.

As empresas estatais tanto as do setor produtor quanto as do serviço público (a saúde, a seguridade social e a educação) estão sendo

privatizadas ou sob a perspectiva de o ser. Por quê? Porque a privatização é o componente básico da construção da política neoliberal, cujo principal objetivo é manter a classe dominante intocável e cada vez mais fortalecida ou seja a elite e os oligopólios no poder. O Estado brasileiro está sendo desestatizado para atender aos interesses corporativos das classes dominantes. Para irrisão, o neoliberalismo identifica Estado comprometido com o atendimento das necessidades básicas do cidadão com Estado paternalista e este como tal deve ser eliminado. Parece ser esta a missão do sr. Bresser Pereira no MARE (Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado).

4 - Quando se recorre ao método dialético, é possível expor e deslindar as contradições e freqüentemente os paradoxos que compõem expressiva parcela de uma conjuntura social, política e econômica.

Veja-se, por exemplo, este típico paradoxo: Sarney, um notórico conservador, colocou, ainda que por impostura, como lema e meta de seu governo o slogan "tudo pelo social". FHC - um "*soi disant*" progressista, de passado "marxista", sociólogo eminente - nada tem feito efetivamente pelo social; mas exige a reforma da Constituição justamente nos pontos que a tornaram a mais avançada (não foi denominada Constituição cidadã?). Afinal foi ele mesmo um de seus principais construtores. Em vez de regulamentá-la em função da cidadania e do social, esforça-se por fazer crer que justamente o atendimento prioritário ao social é que inviabiliza a governabilidade. Paradoxo que se agudiza, a ponto de levar Betinho a desligar-se do projeto Comunidade Solidária, após ter ameaçado anteriormente de abandonar seu próprio movimento contra a fome e a miséria. É sabido que fome e miséria são fatores de-

sencadeadores da violência. Constata-se, entretanto, que o governo do Sr. FHC está esvaziando o movimento, ao dissociá-lo da construção da cidadania, transformando-o em mero projeto de ação assistencialista. Habilidosa, mas perversamente, FHC está conseguindo o desvirtuamento ideológico da questão da fome. E o faz, quando a mídia justamente denuncia que a corrupção continua atingindo sobremaneira os projetos sociais.

A CORRUPÇÃO CONTINUA ATINGINDO SOBREMANEIRA OS PROJETOS SOCIAIS

A própria mídia infelizmente vem se comportando pouco criticamente e de um modo geral vem apoiando as modificações que reforçam a política neoliberal. Como bem lembrou o documento da ANDES já citado : **"(...) desde o colégio eleitoral que elegeu Tancredo, até hoje, a mídia vem apresentando, sem qualquer pudor, aqueles que se opõem às políticas neoliberais, como inimigos da modernidade, como defensores de um estatismo rançoso, contrário aos interesses da nação".(...) Os que se opõem a certos projetos de revisão constitucional têm sido caracterizados como baderneiros. Os meios de comunicação de massa tentam assim apagar o direito de se pensar diferente."** [10]

Apesar de reconhecermos que a conjuntura de hoje é muito diversa da vivida no período do impeachment de Collor, as atitudes de nosso atual presidente não estão muito discrepantes; antes, pelo contrário: em vaidade e arrogância pouco difere; em desprezo pelas reivindicações populares ambos se igualam.

5 - Não é preciso ser cientista social

para entender a existência de uma relação íntima da expressão da conjuntura política, econômica e social com os atos de violência, de toda ordem, desde a institucionalizada e praticada pelo próprio Estado até a urbana e a do campo.

A violência hoje imperante em nossa sociedade se difunde de forma assustadora, sem encontrar resistência. Ela se exerce contra trabalhadores, aposentados, mulheres, negros, índios, crianças, velhos e doentes. Carandiru, Candelária, Vigário Geral, Acari, Ianomanis em Roraima, Guaranis no sul de Mato Grosso, Curumbiara, Pontal do Parapanema, Santa Isabel do Ivaí, Caruaru, Eldorado dos Carajás, Taquaril em Belo Horizonte, Clínica Santa Genoveva ...E os descontos de 12% nos já miseráveis salários dos aposentados feitos pelo MARE? Todos são tristemente emblemáticos em termos de jorramento de sangue, assassinatos coletivos, descaso pela vida. Os linchamentos ocorrem como se fossem uma coisa natural. A violência invadiu o corpo social com força jamais registrada em nossa história.

Essa violência é, sobretudo, a expressão clássica da reação da direita, hoje travestida de neoliberalista, que demonstra ser incapaz de oferecer alternativas concretas à sociedade. Aparente contradição: mais do que incapacidade, trata-se de premeditação, na medida em que, para manter-se no pleno exercício do poder e realizar o processo de sua acumulação de capital, necessita cada vez mais reduzir direitos sociais e impedir as formas organizativas da sociedade. A campanha das privatizações bem como os massacres no campo não estão surgindo aleatoriamente juntos. Expressam o mesmo quadro onde predomina a concentração cada vez maior do capital.

Isso sem esquecer outras mo-

dalidades não menos perversas impostas ao cidadão comum pelo sistema, quer seja ele o policial, o judiciário, o burocrático. Quase que diariamente estamos vendo e ouvindo informes que nos deixam estarrecidos diante da omissão dos aparelhos de Estado, no campo da saúde, da educação, no atendimento previdenciário, na administração da Justiça. Nossas instituições sociais estão constantemente violentando o povo, o cidadão, sobretudo o pobre e o da classe média.

Os casos de seqüestro e do narcotráfico nas favelas do Rio de Janeiro são exemplares, por retratarem fielmente que os aparelhos de repressão foram corrompidos justamente pelos responsáveis por sua manutenção. Em vez de se combater e desmantelar o foco desses tipos de crime na zona sul, no seio da classe dominante, invade-se o morro, os cortiços e deixam-se impunes os verdadeiros culpados. Enquanto o pobre coitado é massacrado nas ruelas e nos barracos das favelas, o verdadeiro culpado está solto e gozando a vida, exibindo os mais sofisticados carros importados nos bulevares de Copacabana, Ipanema e Barra da Tijuca ou velejando em luxuosos iates pelos Caribes da vida.

6 - Há necessidade de os movimentos sociais organizados somarem forças numa autêntica cruzada, denunciando os atos de violência seja qual for seu matiz e conscientizando os que precisam ser conscientizados de que estamos correndo o risco de agravar ainda mais os problemas sociais no Brasil. Se deixarmos nosso neo-converso presidente refém dessa classe dominante reacionária e individualista estaremos sepultando a justiça social e a luta pelas causas populares na mesma cova pelos dominadores cavada. Sobretudo, se permitirmos que o

governo se iluda de tanto insistir em nos iludir com falsa imagem de um Brasil que vive a melhor fase de sua história... Medidas paliativas não resolverão os problemas sociais, em especial o da violência, enquanto permanecer dominando o país uma classe comprometida apenas com o lucro a qualquer preço, enquanto o capital for endeusado no templo do mercado livre e o trabalho for tratado como o incômodo inquilino. O "REAL" por si só jamais será a panacéia de nossos males. Como dizem os britânicos: "it is only a tool".

P. S.: Não votar em candidatos que defendem ou apoiem o Governo criticado no artigo seria uma maneira de mostrar concordância com as idéias do autor.

NOTAS

1. QUINNEY, Richar - O controle do Crime na sociedade Capitalista: uma filosofia crítica da ordem legal. In: *Encontros com a Civilização Brasileira;* nº 24, jun/1980, p. 186

2. CERQUEIRA, Marcello - Raízes da violência: violiencia e criminali-dade na sociedade brasileira. In: *Encontros com a Civilização Brasileira;* nº 24, jun/1980, p. 186-91

3. Hoje, depois que FHC rompeu com seu passado de intelectual e pesquisador social, fica a dúvida se de fato era marxista convicto ou por conveniência...

4. Obviamente, a reforma da Previdência que o povo exige não é a projetada pelo atual governo. Aliás, mais do que reforma, nossa Previdência Social necessita de auditoria e fiscalização. É preciso retomar a política previdenciária existente antes de 64, quando, através dos Institutos de Previdência (IPASE-IAPI-IAPC-IAPB-IAPTEC...), com suas respectivas autonomias, não havia o descalabro que hoje existe. A unificação e a centralização feita pelos militares no poder proporcionaram a mea administração, os desfalques, a roubalheira. Para os neoliberais o mal da Previdência é ser ela uma instituição pública: só se corrige quando for privatizada!

5. Esta atitude de FHC ficou evidente na última greve dos petroleiros e recentemente diante das greves dos Funcionários Públicos Federais e dos professores universitários, sem esquecer sua euforia diante da "fracassada" greve geral patrocinada pelas centrais sindicais, pela primeira vez, desde 64, unidas em torno dos mesmos propósitos.

6. Folha de São Paulo, 223/6/1980

7. Movimento Docente e Conjuntura. INFORMANDES; nov/93, p. 4

8. Movimento Docente e Conjuntura. INFORMANDES; nov/93, p. 8

9. Idem, ibidem, p. 9

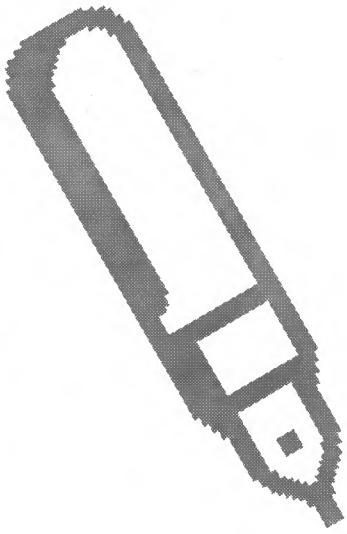
10. Movimento Docente e Conjuntura. INFORMANDES; nov/93, p. 11

11. Se consolo proporcionar o quadro da miséria alheia para compensar a própria, temos de convir que a perversidade e a violiencia não são caracterísitcas exclusivas de nosso país e da conjuntura em que aqui vivemos. São estigmas de nosso século em todo o planeta Terra. Peter Gray, em clássico texto sobre o cultivo do ódio ou a experiência burguesa à época da Rainha Vitória e interpretando Freud, nos mostrou como em todas as manifestações de violência, a burguesia tinha nos calcanhares a própria consciência, a ponto de Bernard shaw dizer: *"a primeira metade do século 19 se considerava a maior de todos os séculos. a segunda descobriu que era o mais perverso de todos os séculos"*. Como esta perversidade assolou o .século 20, podemos parafraseá-lo, considerando nosso século o mais violento de todos. Que o diga o grande historiador do século XX: Eric. J. Hobsbawn!

E S.PAU

-feira, 6 de novembro de 1996

VIÇO DO BRASIL ★ ALAMEDA BARÃO DE LIMEIRA, 425 ★ ANO



nômi FH

ba pa

e Fer
) acei
atene
A sa
há u
e pe
equip
cobr
para

oe

pagar

política & sociedade

DA MATÉRIA SOBRE PROFESSORES QUE NÃO SAIU NA FOLHA DE SÃO PAULO

Vera Casa Nova
Professora aposentada do Departamento de Semiótica e Teoria de Literatura da UFMG
Vice-presidente da Associação dos Docentes da UFMG - APUBH

Para onde vão os covardes quando fogem?

1) espelho

2) travesseiro

3) escuro

4) braços do inimigo

(Arnaldo Antunes, Psia - São Paulo: Iluminuras, 1991)

Os estranhos ao ninho sempre serão capazes de fazer leituras do objeto conforme seu parti-pris. Digo isso porque vários artigos em jornais brasileiros vêm tratando a universidade federal como se ela fosse a responsável pela falência generalizada da Educação brasileira.

Dois dos últimos artigos que li da professora Eunice Ribeiro Durhan - 60, antropóloga, secretária de Política Educacional do Ministério da

Educação e do Desporto e professora titular da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP revoltaram-me sobremaneira pelo ataque frontal que a professora faz ao "privilégio" da aposentadoria com salário integral dos professores universitários da rede federal. Sempre a mesma tecla. Nesses momentos, esquecem-se os do poder governamental que tal "privilégio" é o menor de todos, comparado ao dos juizes, procuradores, deputados e militares. Não se esqueçam que o título de professor no Brasil conota escravidão ou martírio, ou seja, mão-de-obra explorada.

O salário do professor aposentado federal é integral porque sua contribuição previdenciária é sobre seu salário integral. Não há privilégio nenhum nisso. Vinte e cinco para mulheres, trinta anos para homens pode ser até discutível, mas quem trabalha em jornada tripla merece isso. Na maioria das profissões sai-se do trabalho fechando-se a gaveta que só é reaberta no outro dia. E o professor? Prepara aulas, faz pesquisa, faz extensão, é parte da administração da universidade, corrige provas, faz parte de bancas examinadoras, trabalha nas férias, orienta bolsista, mestrado, doutorado e não pode parar de estudar, porque tem como obrigação publicar.

Os professores universitários aposentados com titulação de doutorado não se afastam "desmantelando os grupos de pesquisa e pós-graduação". Eles continuam orientando, se os colegas não o excluem, aliás, como anda acontecendo em muitas unidades das universidades. Aposentado é estigma? Continuam publicando, participando de conselhos variados, entre outras coisas. Não estamos recebendo os proventos de graça! "A decadência inexorável", a que se refere a professora, acontece desde o governo Fernando Collor, do qual a citada professora fez parte, junto ao ministro Goldemberg. Que interesse

tem ela na denúncia, já que não pertence aos quadros das universidades federais?

Em outro momento de seu último texto para a Folha de São Paulo (9/07/96, p. 3), a professora diz que os professores se aposentam e trabalham na rede privada. Como se as universidades particulares pudessem abrigar a todos os desqualificados salariais da rede pública! Como uma cientista pode ter verdades absolutas, certezas, sem provas concretas e acreditar em generalizações? O uso de universais abstratos faz parte da retórica do poder ideologicamente instalado neste país, talvez levando. A professora a esquecer a questão salarial. O salário de professor titular da USP é bem superior ao do professor titular das Universidades Federais, que são bem mais baixos do que os da rede privada.

NA MAIORIA DAS PROFISSÕES SAI-SE DO TRABALHO FECHANDO-SE A GAVETA QUE SÓ É REABERTA NO OUTRO DIA. E O PROFESSOR?

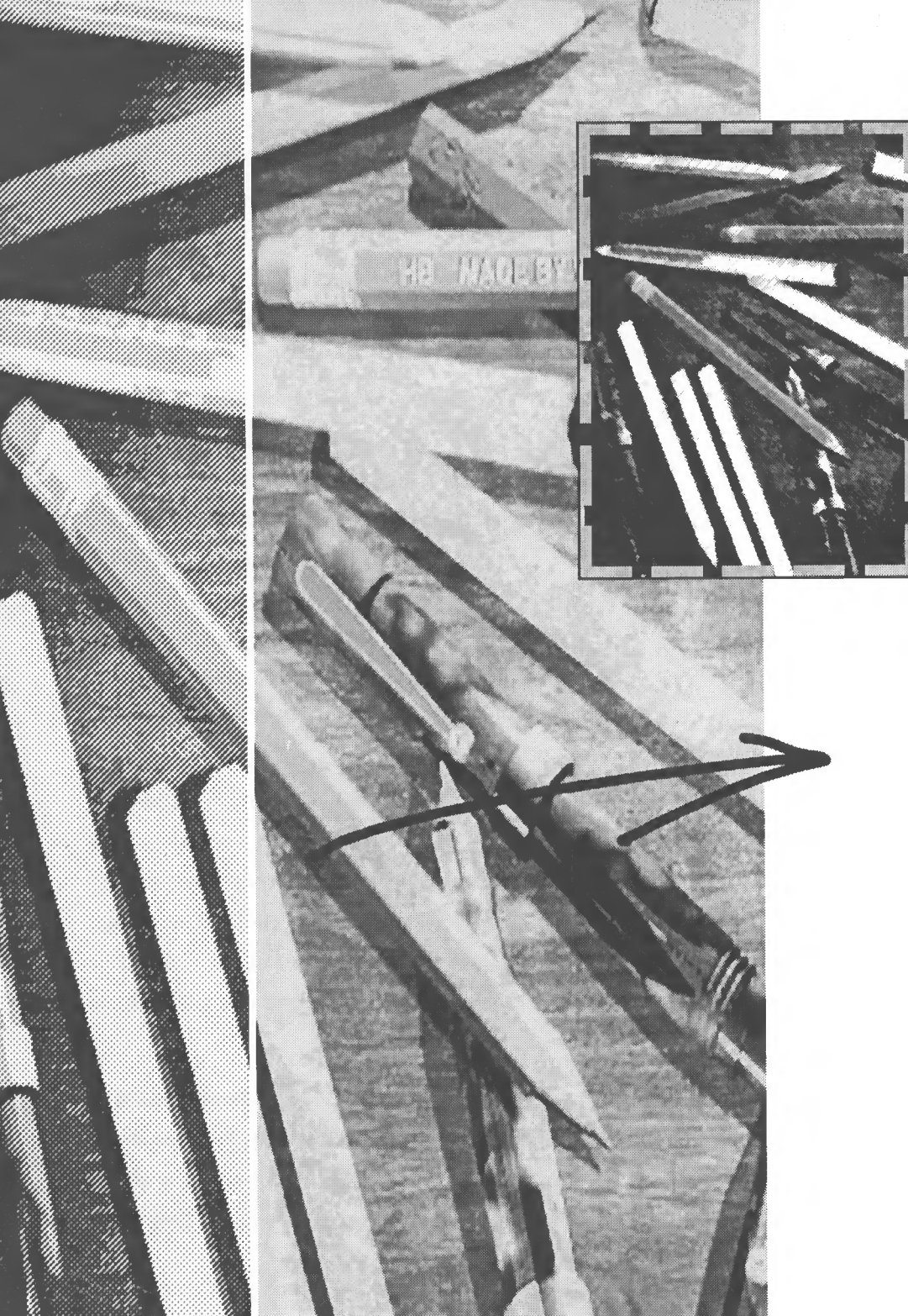
A perda salarial é tão grave que, se comparada, a outras perdas, precisaríamos tomar Lexotan. Um professor titular - 20 horas - ganha o equivalente a professor auxiliar em 1987. Por essas e outras as Universidades Federais vêm se esvaziando! Sem cinismos, sem hipocrisia, sem simulações, professora. Má consciência e má-fé não trazem contribuição ao projeto das Universidades Federais. Ou ainda lembrando uma sua colega brilhante, Olgária Chain Féres Matos, professora também da USP: "o tecnocrata é o amigo natural do ditador. Pretende remanejar as relações sociais substituindo-as à contingência do presente, segundo cálculos entendidos como princípio explicativo soberano".

O que mais se lê nos discursos

do poder, especificamente o da administração, é que o maior problema das IFES são os aposentados... e que não há aumento para os ativos porque teria que ser dado também aos inativos, com repercussão violenta sobre o Orçamento... A repercussão não é só no orçamento, mas sobretudo sobre os colegas. Hoje trabalha-se contra os aposentados que construíram a(s) universidade(s) e que continuam de uma forma ou de outra trabalhando para ela(s). O problema salarial dos professores, os problemas da universidade federal não são da responsabilidade dos aposentados, mas da questão política que aí se instala. "Aposentadoria digna deveria ser estendida, ao contrário de retirada de quem a conquistou" volto a citar Olgária Matos.

Estamos aposentados por lei, essa mesma lei que deverá garantir nossos direitos adquiridos e que só não serão respeitados se não vivermos mais numa democracia.

**** Esta resposta ao artigo de Eunice Durhan da Folha de São Paulo foi enviada a este veículo, mas não foi publicada por motivos óbvios.***



UNIVERsidade

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A REFORMULAÇÃO DA EXTENSÃO

Evandro José Lemos de Brito
Pró-reitor de Extensão da UFMG

A Extensão Universitária, em especial na Universidade Pública Brasileira, busca forma de ser repensada e realizada em própria prática. Na construção teórica, que tem sido feita com esta finalidade, tenta-se apreender, dentro da sua atual estrutura de funcionamento, como a Extensão é praticada e assimilada pela Universidade e pela Sociedade; interna e externamente.

No caso específico da UFMG, esta realidade se mostra presente. Em nossa Instituição, a ação extensionista ainda tem muito a caminhar, pois se baseia apenas em uma prática que, apesar de mostrar o muito que tem sido realizado, ainda se encontra difusa e multifacetada. A prática em si, não tem sido suficiente para inserir a Extensão, com uma formatação adequada, ca-

paz de situá-la como elemento de mediação, de integração e de transformação do ensino e da pesquisa, no conjunto de finalidades institucionais da Universidade.

Acredito que a atividade de extensão possa contribuir significativamente para criar, aperfeiçoar e estabelecer um relacionamento de diálogo permanente e articulado entre a Universidade e Sociedade. A Extensão é um processo que permite a flexibilização de ações junto à Sociedade e que traz, consigo, a postura de liberdade para propor encaminhamentos diferenciados dos problemas que são trazidos à Universidade. A partir dela, abordagens criativas e inovadoras para solução destes problemas podem ser desenvolvidas. Neste sentido, é a Extensão a atividade que permite novas leituras e a realização de ações, que eventualmente integrem ensino e pesquisa, na busca de soluções para a combalida estrutura social brasileira, tecida por desigualdades sociais profundas.

Ao mesmo tempo, é a finalidade universitária que viabiliza o diálogo e a integração com os setores empresarial e industrial do país, no desenvolvimento de produtos e processos que acionam e modificam as relações de desenvolvimento econômico. Sendo assim, a extensão permite que se possa rever e regulamentar a forma de prestação de serviços da Universidade à Sociedade. É através da Extensão que se deve propor a formação de núcleos temáticos, ao mesmo tempo interdisciplinares e interdepartamentais, para novas proposições de pesquisas e cursos sobre os mais variados temas: Meio-Ambiente; Crianças & Adolescentes; Mulher; Desenvolvimento Regional; Novas Ações para a Saúde; Trabalho Humano; Etnias . É também a atividade que viabiliza um dos únicos espaços universitários para a atividade cultural e a criação artística, onde se produzem festivais de arte, realização de fil-

mes, vídeos, peças teatrais, exposição de artes plásticas, fotografia, mostras, museus, publicações, discos, rádio e televisão.

A extensão é o canal privilegiado, do qual dispõe a universidade, para se comunicar com a Sociedade; é a atividade que desenvolve propostas e trabalha com um universo de classes sociais, povos, populações marginalizadas, agricultores, camponeses, velhos, crianças, meninos de rua, operários, drogados, doentes, índios e outras.

Não se trata, no texto acima, de super-dimensionar ou de ser ufanista em relação às ações produzidas, ou articuladas, pela Extensão nas Universidades Federais. Estas ações são parte do que é efetivamente praticado por estas Universidades e que, hoje, têm um valor inestimável, principalmente para a Sociedade. Por estes exemplos, tenho que concordar que o valor da extensão universitária está justamente na condição de se defrontar com a realidade em movimento e, neste sentido, em apreendê-la como processo. (Faria, 1996).

Entretanto, vê-se, no desenvolvimento de suas atividades, que, apesar de trazer grandes benefícios às comunidades, a extensão tem grande dificuldade em apropriar e sistematizar estas ações. Ter as ações extensionistas sistematizadas é fonte para o aperfeiçoamento e a delimitação de um conceito de extensão, que permita que esta possa ser entendida como um processo de comunicação capaz de construir formas próprias de relacionamento e comunicação da universidade com a sociedade. Para que isto aconteça, a extensão não deverá temer o desenvolvimento de uma "conversão" com a sociedade que, por ser ampla e plural, assim com as universidades, tem a capacidade de fazer e produzir. A extensão deverá buscar o aperfeiçoamento das múltiplas formas, das quais dispõe a

Universidade, para interagir e se comunicar com a sociedade.

A característica de ação plural da Extensão Universitária deve ser reforçada, mesmo correndo o risco de aparecer como uma atividade de caráter dualista no caso de ser apropriada como uma prática limítrofe como uma prática entre o bem e o mal. Ou seja, esta apreciação se faz de acordo com a maneira que se queira enxergar: tanto as perspectivas de novas relações da Universidade como o setor produtivo, quanto as de aprofundar cada vez mais propostas que agilizem as transformações sociais e, portanto, a responsabilidade social da Universidade. As duas situações não são excludentes. O desafio é encontrar o equilíbrio de condução das ações de Extensão, sem transformá-las em relações polarizadas e maniqueístas.

E este é um ponto que se amplia no atual momento pelo qual passa a Universidade Pública Brasileira e, em especial, as Federais. Redirecionam-se dois aspectos básicos nestas Universidades: a diminuição da participação do Estado no financiamento destas instituições e o incremento de uma atividade, que, às vezes, é considerada como extensionista e que, às vezes, não o é; que é a prestação de serviços. Esta prática tem se ampliado e vem se mostrando necessária ao fomento de várias atividades da Universidade; ao mesmo tempo que tem sido colocada como uma possibilidade de redenção e de complementação do financiamento das universidades.

Pode-se notar que o debate em torno da Extensão nas Universidades Públicas vem somando temas e idéias que não integravam a discussão há algum tempo atrás. A discussão do atual perfil das Universidades Federais para a área da extensão, conforme demonstrado anteriormente, continua apontando para pontos básicos como o aperfeiçoamento do relacionamento da Universidade com a sociedade e a inte-

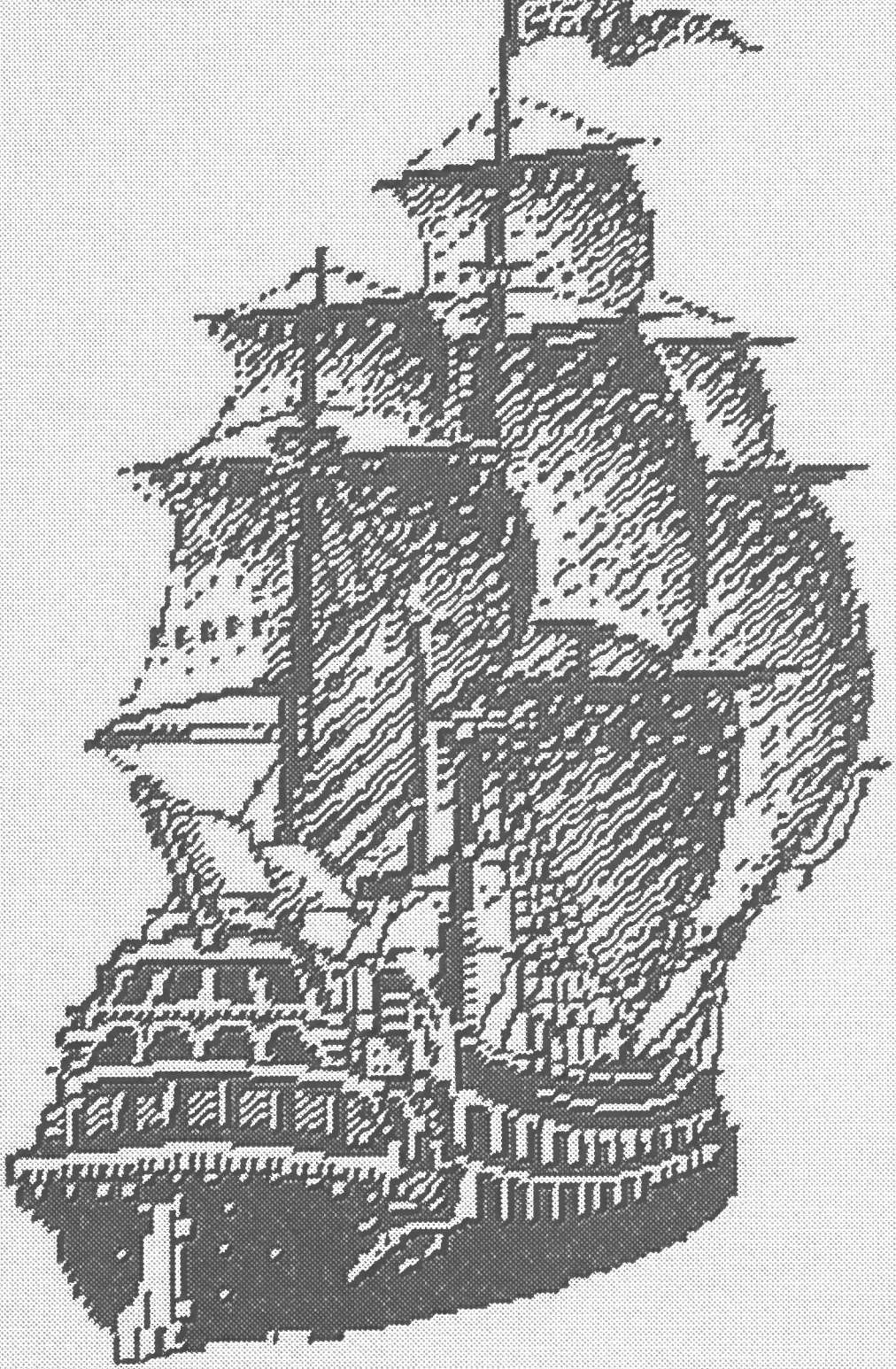
gração da Extensão com as outras finalidades da Universidade. O sentido de renovação da prática extensionista une estes dois pontos.

Na tríade universitária - extensão, pesquisa e ensino - não deve haver vencidos e vencedores; nem o bem sobrepondo ao mal; nem o ensino pior que a pesquisa e, a extensão pior que os dois. Cabe à Extensão aperfeiçoar e encontrar as especificidades que possam continuar a construí-la como função central de mediar, articular e transformar. Este é o seu genuíno papel. Papel estratégico para engendrar as atuais e as futuras mudanças pelas quais passam, e deverão passar, as Universidades Públicas e, em especial, as Universidades Federais do país, o que poderia ser complementado pelas palavras de Boaventura Santos: "por pequenos passos, se deve partir para transformar as atividades de extensão até que elas transformem a Universidade"

BIBLIOGRAFIA

• Santos, Boaventura Souza, Pela mão de Alice, O Social e o político na pós-modernidade. Cortez Editora, São Paulo, 1995

• Faria, José Henrique de. Extensão Universitária e produção Acadêmica.In: Cadernos de Extensão Universitária, ano 2 - nº 5, UFRS, 1996, p. 31-39





navegar é preciso

Ao selecionar os textos do "Navegar" deste número seus organizadores procuraram atender a recomendação do Conselho Editorial no sentido de centrar fogo na temática da autonomia.

O termo autonomia vem de duas palavras gregas: *autós* e *nomia*.

Autós significa por si mesmo, algo que se basta. Já a palavra nomia é polissêmica. Tanto pode significar lei, regra, modelo a seguir, como pode significar uma região delimitada.

No primeiro caso, segundo a interpretação mais disseminada, autonomia é um modelo que se basta por si mesmo as regras que dirigem seu funcionamento e estrutura. O reconhecimento

de um identidade dá ao sujeito da nomia a capacidade de opção.

Neste primeiro caso, a origem de nomia é trazida de *nómos*. Mas nomia pode também significar outra coisa caso se tenha como sua etimologia não *nómos* mas *nomós*. Neste caso, *nomós*, deve ser entendida como distrito, comarca, território, prefeitura ou então, mais originalidade: um campo de pastagens. Este último sentido conduz ao termo nômade, isto é, aquele que vai de uma pastagem a outra, conduzindo seu rebanho à busca de pastos melhores e mais crescidos.

Neste segundo caso, autonomia é menos um modelo auto-suficiente e mais lugar relativo que busca o melhor, opta pelo que é melhor, andando por si mesmo.

No confronto das origens há, pois, uma identidade trazida por autós e uma pequena diferença especifica dada pela dupla origem de *nomia*. Pela identidade aparece o ser-por-si. A Universidade é *autós* ou não será Universidade. *Autós* é sua substância. [1] (Cury, 1991, p. 6)

À autonomia se opõe heteronomia. Essa última existe quando o sujeito, impedido de andar por si mesmo, ainda quando reconhecida nele uma diferença, movimenta-se mediante o empuxe dado por outrem. Só então é acionado seu próprio movimento. O movimento se

prende ao outro, porque só o outro é capaz de dar o impulso originário.

Já a autonomia se dá quando o sujeito se dá a si mesmo a sua própria lei, expressão que é de uma profunda racionalidade e por isso possível de ser alçada em princípio universalmente válido para seu território. (idem, ibidem, p. 6)

A autonomia supõe, pois, o espaço de uma liberdade criadora socialmente responsável e de uma produção científica reconhecida e avaliada.

Quanto à nomia, para mim resta pouca dúvida de que ele provém mais de *nomós* (distrito, província, lugar de alimento) e menos de *nomós* (uso, lei, modelo ou modo de cantarolar). É verdade que dá muita aproximação entre *autós* (por si mesmo) e *nómos* (lei, regra) e por isso entendemos que a melhor interpretação dialetiza os três termos: região, lei e por si.

Entretanto, como já vimos, *nomós* vem do grego, do verbo *némo*, significando distribuir, determinar ao rebanho a parte da pastagem que lhe toca, possuir como próprio, administrar e governar.

Logo, temos aqui a idéia de um espaço relativo, onde é possível a auto-determinação de possibilidades e de limite. (ibidem, p. 7)

"a Universidade é autônoma e autogestionária a ter medo à liberdade é entregar-se à heteronomia. Na tarefa da produção de conhecimentos, diz Sucupira (1962), ela

"... não poderia ser programada ou dirigida por elementos estranhos à própria Universidade... e quanto mais as atividades universitárias se encontram reguladas por lei, quanto mais se elimina a participação responsável do pessoal docente em sua organização, tanto maior é a rotina, a inércia acadêmica, a burocratização das atividades que de si exigem um esforço sempre renovado de iniciativa criadora. (p. 79-80)

A autonomia didática e científica como dispositivo auto-aplicável se estende, pois, aos currículos, às linhas de pesquisa, à prestação de serviços e à abertura ou ao fechamento de cursos de tal modo que qualquer elemento externo deixa de ser injuntivo". (ibidem, p. 9)

A conquista da autonomia se dá pela senha também de uma produção científica avaliada e reconhecida, aliada tanto à transmissão do já-conhecido como àquela decorrência destes conhecimentos estarem a serviço da sociedade. (ibidem, p. 10)

"(...) é preciso reafirmar que a Universidade não é um universo separado da sociedade que a mantém e nem do Estado que lhe dá existência jurídica. Em trabalho anteriormente publicado "Se a heteromia é nefasta à universidade porque amarra a liberdade de pensamento e condiciona a diferença, autonomia não é a autonomização de quem se descola de sua fonte de sustentação econômica e cultural." (idem, ibidem, p. 10)

Hitler substituiu a autonomia das universidades alemãs pelo instrumentalismo de suas ações em favor dos interesses do nazismo. Algo semelhante ocorreu entre nós, no Brasil, durante o regime militar, quando a universidade passou por restrições orçamentárias que quase levaram ao sucateamento muitos de seus laboratórios, ao mesmo tempo em que vários cientistas e intelectuais de destaque eram sumariamente afastados do trabalho por força de aposentadorias compulsórias. [2] (Macedo, 1996, p.45)

Vivemos uma recaída a algo semelhante à seleção das espécies: aos mais fortes, a sobrevivência e o sucesso; e aos mais fracos, a extinção. Transpondo a afirmação para a sociedade, pode-se dizer: ao capital, a máxima lucratividade-

de; e aos despossuídos, a caridade. E no governo, uma direita moderna, mais dinâmica, ofensiva, com capacidade de iniciativa, operando para restabelecer uma hegemonia mais duradoura do grande capital e sua proposta excludente para a sociedade brasileira. [3] *(Maldonado, 1996, p. 52)*

A universidade deve ter, em seu esforço de ensino e pesquisa, uma independência moral e científica frente a todo poder político. *(idem, p. 38)*

Compete ao Estado financiar integralmente as universidades e demais IES públicas. As verbas públicas serão destinadas exclusivamente à rede pública, não cabendo às IES privadas subsídios ou qualquer outra forma de auxílio. *(ibidem, p. 41)*

Alguns vaga-lumes fêmeas do gênero *Photuris* imitam o piscar próprio das fêmeas do gênero *Photinus* no cio e, em seguida, tendo atraído um macho *Photinus*, devoram-no. Algumas orquídeas se assemelham bastante a vespas fêmeas, para melhor atrair as vespas machos que então dispersam involuntariamente seu

pólen. Algumas cobras inofensivas desenvolveram a coloração de cobras venenosas, ganhando imerecido respeito. Algumas crisálidas de borboletas têm extraordinária semelhança com a cabeça de uma cobra - escamas falsas, olhos falsos - e se importunadas, começam a chocalhar ameaçadoramente.[2] Em suma: os organismos podem se apresentar assemelhando-se à forma do seu interesse.

(...) Os humanos aparentemente não constituem excessão. (...)

(...) Mas existe uma diferença entre nós e muitos outros atores no reino animal. enquanto a fêmea *Photuris* presumivelmente não tem ilusão alguma quanto à sua verdadeira identidade, os seres humanos têm a mania de se deixar arrebatar por suas representações: uma pessoa está "sinceramente convencida de que a impressão de realidade que cria é a verdadeira realidade" (...) Nos iludimos de modo a iludir melhor os outros. [4] (Wright, 1996, p.226)

1 - CURY, C.R.J. - A questão da autonomia universitária **Educação em Revista**, nº 13, junho, 1991.

2 - MACEDO, D.R. - Autonomia universitária. Fazer: por quê, como e para quê? **Universidade e Sociedade**, nº 11, outubro de 1996.

3 - MALDONADO, C. - A autonomia universitária: uma questão de referencial. **Universidade e Sociedade**, nº 11, junho de 1996.

4 - WRIGHT, R. - **O animal moral.** Trad. - Willer, L. - Rio de Janeiro: Campus, 1996

Poesia

HOMENAGEM A ANTONIN ARTAUD NO SEU CENTENÁRIO

Grito

O pequeno e celestial poeta
abre as janelas de seu coração
Os céus se entrechocam
O esquecimento arrebata a sinfonia

Cavalariço
A casa louca guarda os lobos
e não deixa suspeita aos raivosos
que chocam seus ovos
por baixo da grande alcova
da abóbada que cai sobre nós

Silêncio e noite
Amordacem toda a impureza!
O céu dá grandes saltos e
se adianta na encruzilhada dos ruídos

A estrada some. O céu oblíquo
abre seu vôo para o vórtice
A noite varre a escória
do repouso que nos contentava

Sobre a terra uma lesma anda
dez mil mãos são saudadas
Uma lesma rasteja no lugar
em que a terra se dissipou

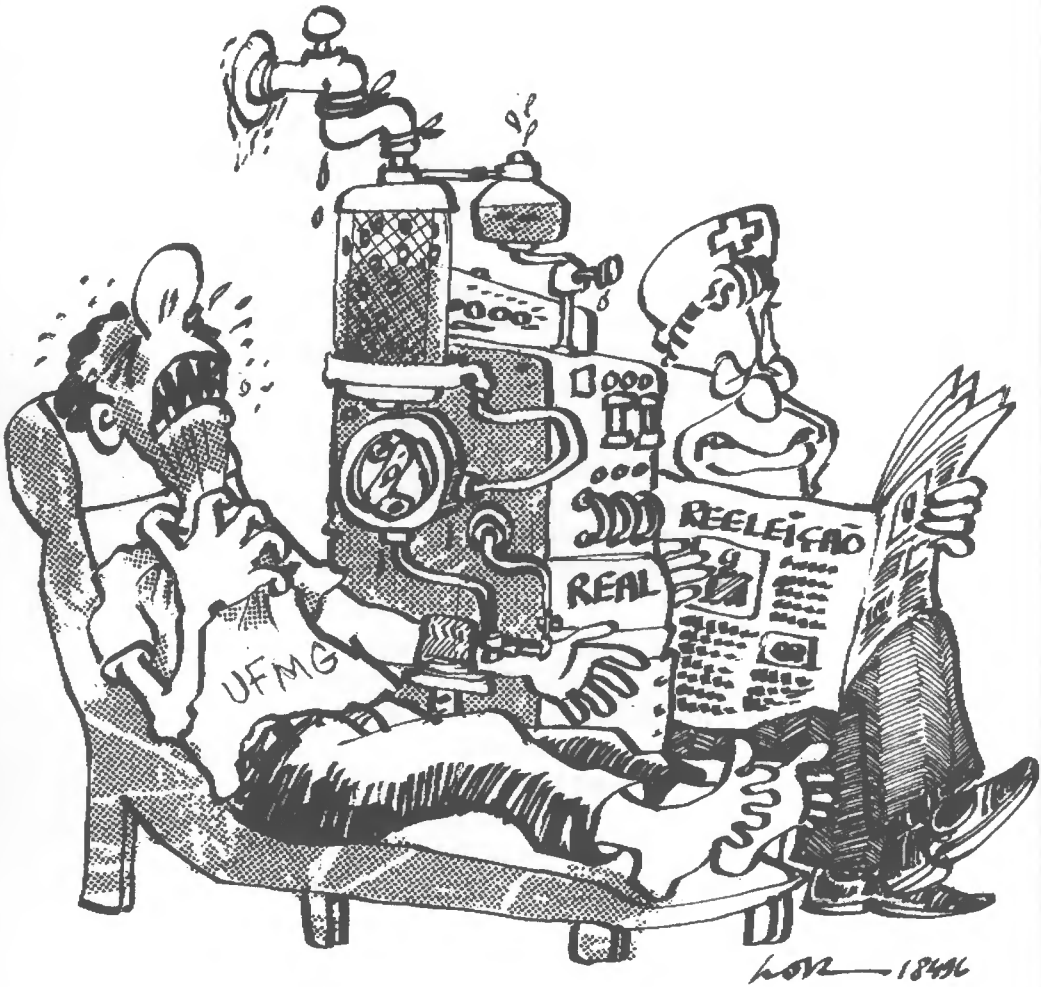
Anjos estavam em paz e
nenhuma obscenidade era chamada
quando a voz do espirito real foi ouvida
e os chamou.

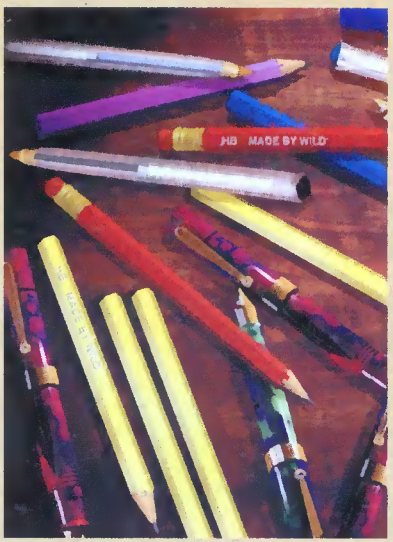
O sol mais baixo que o dia
vaporizava todo o mar.
Um sonho estranho, no entanto, claro
nasceu sobre a terra devastada

O pequeno poeta perdido
deixa sua posição celeste
com uma idéia do além-terra
apertada em seu coração pesaroso

Duas tradições se encontram
mas nossos pensamentos trancados
não tiveram o lugar necessário
Experiência
a ser recomeçada

Artaud, A . Oeuvres Complètes. Correspondance avec Jacques Rivière. Paris: Gallimard, 1976
Tradução livre de Vera Casa Nova


REELEIÇÃO
REAL
UFMG
LOVE — 1996



Caminhos é uma
publicação semestral da
Associação Profissional dos
Docentes da UFMG - Seção Sindical
da Andes-SN - Apubh,
voltada à reflexão dos temas
relacionados à vida universitária,
estimulando o debate, a crítica,
a livre circulação
e a pluralidade de idéias.

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL
apubh
DOS DOCENTES DA UFMG